

PROGRAMA AUTÁRQUICO 2025

A MUDANÇA

Eduardo Oliveira



Vila Nova de Famalicão



A MUDANÇA EDUARDO OLIVEIRA



Famalicensenses,

A hora é de MUDANÇA. Chegou o tempo de escolher entre a MUDANÇA ou a continuidade de um projeto que já se esgotou. Vivemos nos últimos quatro anos sem um único objetivo de futuro, vendo o desenvolvimento do concelho a ser travado.

Este é o tempo e é necessário que cada famalicense seja porta-voz da MUDANÇA!

O esforço da vitória é de cada um de nós. A luta é coletiva, é nossa, porque é a pensar no futuro, em Vila Nova de Famalicão.

O Partido Socialista apresenta-se com uma liderança responsável, transparente, com capacidade de diálogo, com uma equipa e um projeto para as freguesias, o concelho e os famalicensenses.

Vila Nova de Famalicão precisa desse projeto com esperança no futuro — um futuro melhor para cada pessoa, para cada família e para o concelho.

A Mudança que o Partido Socialista propõe não é um projeto partidário.

É um movimento, que acolhe todos os famalicensenses, independentemente da sua sensibilidade política.

É uma grande aliança cívica que nasce da força do diálogo, da diversidade e da vontade comum de construir um futuro melhor para Vila Nova de Famalicão. É um chamamento à ação, aberto a todos os famalicensenses que acreditam na justiça social, na solidariedade e no poder transformador da cidadania ativa.

Este movimento já começou. O ciclo de debates “Pensar 2025” constituiu um exercício exemplar de democracia participativa e escuta ativa, reunindo cidadãos, especialistas, autarcas, dirigentes associativos, empresários, jovens e representantes das mais diversas áreas da vida do concelho. Foi um verdadeiro processo de cocriação de soluções para o território, alicerçado em valores como a transparência, a justiça social e o progresso partilhado.

É uma maneira diferente de fazer política que significa mais participação, mais compromisso, mais abertura e mais transparência.

Unidos pelos valores humanistas, queremos devolver esperança à política e confiança no Município. Queremos escutar, incluir e agir — com todos e para todos.

Esta é a política da esperança, que recusa o conformismo e se ergue para enfrentar os desafios do presente e antecipar as exigências do futuro. Uma política que não promete o impossível, mas que se compromete com o possível — com rigor, transparência e determinação.

Vila Nova de Famalicão é uma terra que molda o futuro com trabalho e criatividade. Um território onde comunidades empreendedoras crescem com resiliência, onde a juventude sonha alto e a vontade construir um amanhã melhor atravessa gerações. Mas o mundo está a mudar e nós não ficaremos para trás. O tempo é agora: tempo de agir com determinação, de pensar com visão, e de cuidar com humanidade!

Vila Nova de Famalicão está pronto para liderar uma nova forma de viver e governar o espaço local. Um concelho que protege quem aqui vive, que honra as suas paisagens e os seus saberes, que valoriza o conhecimento, a cultura, a natureza e a inovação. Queremos um concelho onde ninguém seja esquecido: nem as crianças, nem os idosos, nem quem aqui escolhe recomeçar. Um concelho que seja referência nacional em boa governação, habitação acessível, coesão social, cultura viva, economia de futuro e ação climática ousada. Um concelho profundamente enraizado na sua história, mas com os olhos postos no horizonte. Que se liga ao mundo com orgulho, sem perder a alma. Que investe no presente com coragem para garantir um futuro justo, próspero e sustentável.

A Mudança que propomos é mais do que uma alternativa: é um compromisso com a democracia, com a participação real, com a justiça social e com a dignidade humana. Só com todas e todos, lado a lado, com liderança transparente e visão partilhada, construiremos um Famalicão onde viver bem seja direito de todos e orgulho de cada um.

Eduardo Oliveira

Candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Mudança, Ganhar 2025

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa, que fez a tua rosa tão importante”, escreveu Antoine de Saint-Exupéry. Esta singela frase encerra em si mesma a importância do tempo e as suas virtudes. Tempo para perguntar, refletir, ouvir e avaliar o que pretendemos. Para nós, para os outros, para todos. Porque urge recuperar o sentido de pertença e o sentido de comunidade.

“Vivemos num mundo que, no tempo e no modo, é cada vez mais complexo, acelerado e turbulento.

Devemos ter consciência plena desse novo contexto de participação cívica, sem cedermos à tentação do imobilismo ou do individualismo egoísta e feroz. Não há hoje, como nunca houve no passado, razões para matar a utopia da transformação do mundo. Ela não sobreviverá, no entanto, sem um profundo conhecimento da realidade que queremos transformar”, escreveu Carlos Zorrinho, em “O regresso do socialismo”, dado à estampa na obra “Terceira Via”, Fenda Aberta.

A realidade de Vila Nova de Famalicão, hoje, é a que está à vista de todos os cidadãos. O território não é o que era há 10, 20 ou até 40 anos atrás. Tudo mudou, e importa que continue a mudar.

Queremos continuar a mudar Vila Nova de Famalicão. Para melhor!

Claro que nalgumas situações, o que de bom se fez será para manter e, noutras situações, faremos diferente.

Não vamos mudar tudo, só para mudar. Mudaremos para melhor!

Queremos primeiro ouvir, perguntar e refletir para depois decidir. Queremos decisões consentâneas com as legítimas aspirações das pessoas, a razão última da nossa participação cívica. Acreditamos que é possível construir o futuro chamando à participação cívica todas as pessoas. Quantos mais famalicenses quiserem dar o seu contributo, por modesto que possa ser, melhor será o nosso futuro comum, e mais reforçado ficará o sentimento de pertença à comunidade.

Sabemos bem que o caminho não será fácil porque hoje os famalicenses são confrontados com um *“excesso de proximidade aparente, o presencialismo, o discurso repetido ou mesmo*

repetitivo, o triunfo do marketing, a videomania (que) fazem perder densidade aos personagens”

(João de Almeida Santos, “A Democracia do Holofote”, na obra “Terceira Via”, Fenda Aberta). Vive-se a urgência do instantâneo, do momentâneo, do transitório, vive-se sob o holofote, na euforia e culto da imagem do (novo) homem, infalível, que tudo sabe, que nunca errou e nunca terá dúvidas! A superficialidade e escassez de fundamentação, a ausência de contraditório ou debate, limita e molda o modo como lemos e apreendemos a realidade limitando por essa via a capacidade de alavancar o futuro.

Urge mais do que nunca, falar aos cidadãos com clareza e serenidade, promover o escrutínio, a reflexão e o debate, aproximando eleitos e eleitores, combatendo o vazio que campeia no seio da sociedade, que de tão apressada e tantas vezes “guetizada”, não se dá conta do quanto se deixa conduzir ao erro, às clivagens, ao engano, e ao infortúnio.

O Partido Socialista pretende chamar a si aqueles que, com espírito de missão, queiram participar nesse processo de construção do futuro comum. Fá-lo-á evidenciando, desde logo, as suas ideias e estratégia para sustentar essa caminhada, demonstrando aos famalicenses que a alternativa é válida, necessária e urgente; através da capacidade de ação, envolvimento e idoneidade dos seus eleitos, porquanto **estar mandatado pelos famalicenses para construir a MUDANÇA não é coisa de somenos importância**, exigindo-se de cada eleito, padrões de seriedade, elevação e compromisso adequados à confiança depositada pelos cidadãos.

Construir a **MUDANÇA** exige retidão de carácter, ética nas opções, e um desígnio coletivo em que todos se revejam, ninguém se sinta excluído e todos possam dar o seu contributo. **Não seremos nós contra eles, mas antes todos em prol de uma MUDANÇA que se impõe.**

Paulo de Carvalho canta magnificamente que “dez anos é muito tempo”. E nós dizemos que 25 anos é muito tempo, especialmente porque não se está a construir MUDANÇA, porque não se constrói MUDANÇA SEM GESTÃO E SEM RUMO!

MODELO DE GOVERNANÇA PARA A MUDANÇA

Assente num conjunto alargado de princípios de ação, o modelo de governança que propomos é um claro desafio, porque nos obriga, condiciona e compromete enquanto servidores públicos - o que não é coisa pouca: é uma verdadeira “empreitada”. A governança é o modo como a administração municipal gere o concelho para garantir que ele funcione bem e em prol de todos. Uma boa governança significa transparência, participação, cooperação e eficiência, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados com rigor, pertinência e que as decisões dos órgãos municipais beneficiem efetivamente a população. Que os recursos públicos sejam gastos em benefício da população.

Os princípios da boa governança que orientarão o nosso plano de governo local e a nossa ação de **MUDANÇA** são estes:

Missão Corporativa – Tudo o que se faça deve ser feito numa lógica de melhoria continua, e inovadora, e sempre de forma sustentada. A sustentabilidade deve integrar a estratégia fundamental da autarquia.

Transparência – Os munícipes têm o direito de saber como os recursos do concelho são usados, quais os projetos que estão a ser desenvolvidos e quais as decisões que serão tomadas. Isso exige comunicar de forma clara, atempada e acessível.

Participação Cidadã – Uma boa gestão municipal não se faz sozinha. Ouvir e envolver os cidadãos nas decisões sobre o futuro do concelho é essencial e confere legitimidade. Consultas públicas, orçamentos participativos e reuniões comunitárias ajudam a construir um concelho mais transparente e justo para todos.

Eficiência e Responsabilidade – O dinheiro e bens públicos têm que ser bem geridos, garantindo que os investimentos sejam feitos onde realmente fazem a diferença, sem desperdícios e com impacto real na qualidade de vida dos munícipes.

Equidade e Inclusão – Todos os habitantes do concelho, independentemente da freguesia onde vivem, devem ter acesso sem bloqueios ou entraves, a serviços essenciais, como educação, saúde, transportes, cultura e espaços públicos de qualidade.

Sustentabilidade – O desenvolvimento do concelho deve ser pensado a médio e longo prazo, promovendo políticas que protejam o meio ambiente, incentivem a economia local e garantam um futuro próspero para as próximas gerações.

Anticorrupção – A corrupção abre portas às injustiças, mina a confiança dos cidadãos nos políticos, nas políticas, abrindo caminho ao incumprimento, à agressão ao meio ambiente, aos comportamentos abusivos e claramente inadmissíveis, num país que integra a União Europeia. Por tudo isto a postura só pode passar pela adoção de práticas e metodologias que valorizem a transparência, o bem comum, e ferramentas que blindem quaisquer tentativas de manipulação e/ou subversão das políticas de gestão que evitem a todo o custo a perceção de qualquer tipo de corrupção.

Combate às irregularidades – As irregularidades devem ser combatidas. Instituir rotinas de controlo, monitorização, e auditorias frequentes por forma a corrigir e a melhorar a performance dos serviços. Não basta ter planos bem estruturados, é preciso que estes tenham aplicação prática. E onde se detetar a prática de erro grosseiro, que se aplique o rigor da lei. Paralelamente, promover a certificação de processos permitirá garantir a melhoria da qualidade, sobressaindo a boa imagem da organização.

O que significarão na prática para o concelho estes princípios?

- Uma gestão que comunica de forma clara e aberta com os munícipes.
- Canais adequados para que a população possa dar a sua opinião e contribuir para a tomada das decisões.
- Recursos públicos bem aplicados, com investimentos estratégicos devidamente ponderados.
- Serviços municipais funcionais, céleres, eficazes e acessíveis, sem desigualdades.
- Um concelho que aposta no desenvolvimento sustentável e no bem-estar dos seus habitantes.

A boa governança é a chave para um concelho mais forte, justo e preparado para o futuro. E isso só é possível com a participação ativa de todos. Para a atingir é preciso apostar na MUDANÇA!

EIXOS PARA A MUDANÇA



CUIDAR FAMALICÃO

SAÚDE

1. Acesso Equitativo e Universal à Saúde

- Concretizar o **Campus da Saúde de Vila Nova de Famalicão**, através de uma parceria estratégica com o Governo e outras entidades.

O Campus da Saúde será uma nova centralidade urbana vocacionada para os cuidados de saúde, com especial destaque para a construção de um novo Hospital de fácil e rápido acesso. Esta nova estrutura permitirá não só garantir os serviços atuais, como também alargar a resposta hospitalar para novas valências, beneficiando o nosso concelho e os concelhos vizinhos.
- **Promover o reforço e a modernização da rede de cuidados de saúde primários**, assegurando a conclusão dos investimentos em curso com apoio do PRR, garantindo maior proximidade e qualidade no acesso aos cuidados de saúde de base.
- **Promover o desenvolvimento e alargamento da rede de cuidados continuados**, em articulação com as IPSS, a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde. Será avaliada a conversão da atual unidade hospitalar, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia, numa unidade de Cuidados Continuados ou **Centro Geriátrico Municipal**, com enfoque na humanização do internamento e proximidade familiar.
- Promover um programa municipal destinado aos munícipes residentes e recenseados no concelho com 65 anos ou mais, com uma componente reforçada para os munícipes mais vulneráveis (beneficiários do Complemento Solidário para Idosos - CSI). Este programa facilitará o acesso à saúde e contribuirá para a prevenção de doenças, incluindo médico disponível 24 horas, apoio médico ao domicílio, transporte em ambulância sempre que determinado pelo médico, e a entrega de medicamentos ao domicílio.
- **Melhorar o acesso a medicamentos e à saúde oral**, através do reforço do *Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento* e da consolidação do *Programa Municipal para a Saúde Oral*, em parceria com entidades públicas e da sociedade civil.

2. Planeamento e Governança da Saúde

- **Instituir o Conselho Municipal de Saúde**, como órgão consultivo, de articulação estratégica e de participação cidadã, com a missão de promover o bem-estar, a equidade e a saúde no concelho, através da concertação entre entidades públicas, privadas e sociais.
- **Concluir a elaboração do Plano Municipal de Saúde**, enquanto instrumento estratégico e multissetorial de políticas públicas com foco na preservação da saúde física e mental, integrando dimensões alimentares, culturais e desportivas, e promovendo a inclusão social.
- **Criar condições para o desenvolvimento do Cluster da Saúde de Vila Nova de Famalicão**, dinamizando sinergias entre unidades de saúde, instituições de ensino superior, centros de investigação e empresas do setor, com o objetivo de atrair talento, promover inovação e estimular o investimento na saúde.

3. Promoção da Saúde e Prevenção da Doença

- **Desenvolver uma estratégia municipal de prevenção e intervenção nos comportamentos aditivos e dependências**, em parceria com o Ministério da Saúde, o Projeto Homem e outras entidades especializadas, com enfoque na redução do isolamento social e na consolidação de estruturas comunitárias de apoio.
- **Reforçar os programas de literacia em saúde e estilos de vida saudáveis**, dirigidos a todas as faixas etárias, com especial enfoque na alimentação saudável, saúde mental e prevenção de doenças crónicas.
- **Alavancar a tecnologia e inovação na área da saúde**, através da implementação de soluções digitais para o acesso à informação, agendamento de consultas e monitorização de indicadores de saúde, em articulação com as entidades locais de saúde

4. Saúde Mental e Bem-Estar Psicológico

- **Reforçar o apoio à saúde mental**, com o desenvolvimento de programas de apoio psicológico e social, em articulação com as Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) e outras organizações públicas e da sociedade civil, com especial atenção a idosos, crianças e jovens.
- **Incentivar o envolvimento de jovens profissionais**, promovendo estágios remunerados para recém-licenciados famalicenseiros em Psicologia e reforçando os gabinetes de apoio à família nos estabelecimentos de ensino.
- **Promover o acesso a rastreios e sessões de aconselhamento psicológico**, incluindo iniciativas inovadoras como o apoio psicológico ao domicílio e a pessoas com mobilidade reduzida.

SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO SOCIAL

1. Governança e Eficácia da Intervenção Social

- **Reinvestir na Rede Social**, consolidando-a como um espaço privilegiado para a definição das políticas sociais locais e promovendo a participação efetiva da comunidade, capacitando as Freguesias, as instituições do terceiro setor e os demais agentes locais como promotores ativos do processo de desenvolvimento social do território.
- **Reforçar a coordenação das respostas sociais no âmbito municipal**, com a participação ativa da Rede Social, promovendo a articulação entre as cerca de 200 instituições que atuam no concelho, garantindo um conhecimento aprofundado do território e uma atuação coordenada.
- **Elaborar a Carta Social Municipal**, um instrumento estratégico de planeamento que mapeará as respostas e equipamentos sociais existentes, programando a rede de apoio do território de forma integrada.

2. Combate à Pobreza Estrutural e Promoção da Inclusão social

- Implementar o **Regime de Apoio Garantido, unificando e otimizando os apoios municipais existentes** (renda, obras em habitação, tarifa social de água, medicamentos, transporte gratuito), através da atribuição de um valor compatível com as necessidades básicas por um período definido, após análise cuidada dos rendimentos e despesas fixas dos agregados familiares.
- Instituir um apoio municipal de emergência social, destinado a apoiar financeiramente, de forma excecional e temporária, pessoas em situação de emergência social grave, elegíveis para despesas com rendas de habitação privada, prestações de aquisição de habitação, fornecimentos de água, eletricidade ou gás, aquisição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico, despesas de saúde e educação de crianças e jovens.
- Consolidar o **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social** como âncora de suporte à efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, promovendo a autonomização socioeconómica e otimizando recursos para a sua inclusão e participação efetiva.
- Reforçar os mecanismos de apoio social e combate à pobreza, através de programas integrados de inserção e do apoio a pessoas em situação vulnerável, e medidas de acompanhamento para capacitação dos destinatários.
- Promover o **Mercado Social de Emprego**, com medidas de apoio à (re)integração no mercado de trabalho para públicos específicos, formação profissional e emprego para pessoas vulneráveis.
- Estimular a **criação de incubadoras de empreendedorismo social**, fornecendo apoio para a aceleração e incubação de ideias empreendedoras com impacto social.
- Articular as políticas sociais locais com estratégias de promoção e apoio ao setor económico, de forma a contrariar a pobreza estrutural.
- Criar a figura do **gestor-pivô da Família**, para acompanhamento dos agregados familiares em todos os setores, fornecendo informação e apoio.

3. Dignificar e Apoiar a População Sénior

- Fomentar a criação de **residências comunitárias**, em articulação com as IPSS e outras organizações, que respondam às crescentes necessidades, promovam o convívio intergeracional e a constituição de uma bolsa solidária para emergência social.
- Apoiar e incentivar medidas de **“cohousing”**, através da organização de eventos informativos, criação de um gabinete de apoio técnico para grupos interessados, identificação de terrenos ou edifícios municipais para construção, e facilitação do contacto entre potenciais residentes, arquitetos e empresas.
- **Incluir projetos de “cohousing” nos projetos municipais na área da habitação**, prevendo áreas específicas e regulamentos urbanísticos que facilitem a sua implementação, definindo requisitos para espaços comuns e áreas verdes.
- Reforçar a capacidade de resposta das instituições através de **mais e melhores Centros de Dia**, diminuindo a preocupação dos agregados familiares com a gestão dos tempos de ausência por compromissos laborais.
- Promover a **reestruturação do apoio domiciliário**, em articulação com a Segurança Social e as IPSS, através da criação de uma nova geração de serviços de proximidade, mais diversificados, flexíveis e centrados na promoção da autonomia das pessoas.
- Incentivar **soluções que promovam a interação com a natureza, com o apoio à introdução de áreas verdes, jardins e espaços ao ar livre, e a adoção de terapias não farmacológicas** (musicoterapia, arteterapia e terapia ocupacional).
- Implementar **plataformas de comunicação online** para facilitar a comunicação com familiares e o acesso a serviços para a população sénior.
- Protagonizar e dinamizar, através de parcerias, a criação de **mais equipamentos para famílias com pessoas com demência, reforçando a Rede Nacional de Cuidados Integrados**.
- Criar **equipas multidisciplinares para visitas regulares a idosos que vivem sós**, nomeadamente nas áreas da saúde e da psicologia.

- Criar o **Serviço Municipal de Teleassistência e Acompanhamento Domiciliário para Pessoas Idosas**, com cobertura tendencialmente permanente e articulação com os serviços de saúde, apoio social e forças policiais.
- Incentivar formas de **voluntariado comunitário** no apoio às pessoas idosas.
- Criar a figura do **Conselheiro Sénior Municipal**.
- Desenvolver, em parceria com as Freguesias, um **programa de qualificação do espaço público que atenda à mobilidade específica da população com 65 ou mais anos**.

4. Apoiar e Cuidar de Quem Cuida

- **Estabelecer o Programa Municipal de Apoio a Cuidadores Informais**, com a missão de reconhecer, valorizar e apoiar o papel dos cuidadores informais, promovendo o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, mediante a implementação de medidas complementares às previstas na legislação nacional, em articulação com as entidades locais.
- **Criar um Gabinete Municipal de Apoio ao Cuidador Informal**, funcionando como espaço de atendimento e acompanhamento, oferecendo informação, aconselhamento jurídico e social, apoio psicológico e orientação sobre recursos.
- **Fomentar a criação de grupos de ajuda mútua para cuidadores informais** e reforçar os serviços de apoio domiciliário (assistência pessoal, cuidados de saúde, higiene e alimentação).
- **Apostar em formação específica para cuidadores informais**, criar programas de reconhecimento municipal e ponderar a criação de programas de apoio financeiro em situação de vulnerabilidade social.
- Estudar, em conjunto com as IPSS locais, a implementação de uma **rede de “Respiro Familiar”**, com estruturas temporárias para o descanso dos cuidadores.
- Criar o **Cartão do Cuidador Municipal**, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF), garantindo benefícios no acesso a bens e serviços no comércio local.

5. Investir no Bem-Estar Social das Crianças e Jovens

- Criar uma **Rede Municipal de Apoio à Primeira Infância**, envolvendo a modernização de creches, amas familiares certificadas, jardins de infância e outras respostas, em parceria com entidades do setor público, solidário e privado.
- Garantir que todas as crianças tenham **acesso aos estabelecimentos de creche e pré-escolar**, através da negociação direta com cada uma das instituições para que as dotações estabelecidas com a Segurança Social possam ser alteradas, ampliando-as nos casos em que essa opção seja razoável e possível, responsabilizando-se a Câmara Municipal por todos os custos que daí possam advir.
- Elaborar e promover o **Plano Municipal de Promoção da Parentalidade Positiva**, com sessões de formação, mediação parental e apoio psicológico comunitário.
- Criar a **Conta de Desenvolvimento Social**, disponibilizando anualmente 300,00€ por cada filho que nasça (com possibilidade de se equacionar a extensão da medida a jovens e crianças nascidas anteriormente, ficando esta parte condicionada ao conhecimento detalhado da real situação financeira do Município) num depósito bancário social que ficará em acumulação até a criança atingir 18 anos de idade.
- Providenciar um **incentivo à natalidade de 1.000,00€** por cada criança nascida no território cujos pais aqui residam, em consonância com a Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF), o que além de ser um apoio imediato à natalidade, se assume como um apoio indireto ao comércio local.
- Criar e desenvolver uma **rede municipal de estruturas de tempos pós-escola**, incrementando as estruturas já existentes, em articulação com as instituições particulares de solidariedade social e outras instituições.
- **Reforçar o apoio às famílias e alunos**, através da articulação entre as escolas, a autarquia e a comunidade de forma a dar resposta a carências alimentares e de apoio educativo, repensando as atividades de enriquecimento curricular.

- **Qualificar os sistemas de intervenção precoce na infância** (SNIPI), de proteção de crianças e jovens em perigo.
- **Promover o sucesso escolar e a redução do abandono**, reforçando os programas de apoio ao estudo e de combate ao insucesso e abandono escolar, identificando e intervindo precocemente em situações de risco.
- **Desenvolver competências para a vida**, criando espaços e programas que promovam o desenvolvimento de competências socioemocionais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, preparando-os para os desafios da vida adulta e do mercado de trabalho.
- **Consolidar e melhorar os mecanismos de sinalização e intervenção em situações de risco ou perigo para crianças e jovens**, através do reforço da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

6. Apoiar e Incluir as Pessoas com Deficiência

- Promover uma **estratégia municipal multisectorial para a inclusão das pessoas com deficiência**.
- **Estabelecer um programa municipal de acessibilidade**, que transforme Vila Nova de Famalicão numa referência de inclusão, implementando as mais avançadas soluções de design universal em todos os espaços públicos e edifícios municipais.
- **Promover o Serviço de Apoio à Vida Independente** com assistentes pessoais qualificados, tecnologias domóticas e sistemas de teleassistência avançados, garantindo segurança e autonomia no domicílio.
- **Criar uma rede municipal de mobilidade assistida**, com sistemas de transporte público adaptados e tecnologia de informação em tempo real, garantindo a autonomia na deslocação de pessoas com mobilidade reduzida.
- Implementar um **programa de circulação inteligente**, com pavimentos podotáteis, semáforos sonoros sincronizados e sistemas de alerta por vibração, criando uma malha urbana acessível, segura e sensorialmente responsiva.

- Desenvolver o **sistema digital de navegação inclusiva**, através de aplicações móveis com audiodescrição, tradução em língua gestual portuguesa e mapas táteis digitais, facilitando a orientação e a vivência inclusiva do espaço público.
- Garantir a **adaptação integral dos equipamentos culturais municipais**, assegurando a sua fruição plena por pessoas com diferentes tipos de deficiência, em articulação com as boas práticas da acessibilidade cultural.
- Criar **quotas e bolsas específicas no programa municipal de habitação** a custos controlados, reservadas a pessoas com deficiência, tendo em conta as exigências específicas de acessibilidade nos edifícios e nos espaços envolventes.
- **Condicionar o licenciamento de novos espaços comerciais e de serviços à observância de critérios rigorosos de acessibilidade universal**, promovendo um território mais justo, funcional e inclusivo.
- Reforçar a **integração plena de crianças e jovens com deficiência** no sistema educativo, através do alargamento da oferta de atividades extracurriculares inclusivas, com enfoque especial em situações de perturbações do neurodesenvolvimento e do espectro do autismo.
- **Promover a introdução de aulas de língua gestual portuguesa** no ensino básico e secundário, fomentando a capacitação das novas gerações para a comunicação inclusiva e o reconhecimento da diversidade funcional.
- **Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais** dirigidas às pessoas com deficiência, modernizando os serviços de atendimento social, com destaque para o reforço do Balcão para a Inclusão e para programas de capacitação digital e combate à infoexclusão.
- Fomentar parcerias com os sectores público, privado e social, sensibilizando as organizações para a **igualdade de oportunidades e não discriminação no acesso ao emprego** de pessoas com deficiência.
- Dinamizar estratégias para a promoção da imagem pública das empresas que implementem boas práticas na inclusão de pessoas com deficiência.

- Estabelecer uma rede local de cooperação permanente com instituições de apoio à deficiência, envolvendo o tecido associativo, as escolas, os centros de saúde e os serviços municipais, com vista à construção de respostas integradas, coordenadas e territorialmente ajustadas.

VOLUNTARIADO

1. Estruturação e Articulação do Voluntariado

- Elaborar o **Plano Estratégico Municipal para o Voluntariado**, priorizando a sua construção como um roteiro abrangente para todas as ações futuras.
- Consolidar o **Banco Municipal do Voluntariado**, assumindo um papel liderante na articulação entre voluntários e entidades promotoras, promovendo uma gestão eficaz da oferta e da procura, e implementando ações regulares de valorização, reconhecimento público e incentivo à participação cívica ativa.
- Assumir um papel mais liderante do Banco Municipal do Voluntariado (BMV), consolidando-o como a estrutura de coordenação central do voluntariado no concelho.
- Criar uma **plataforma municipal de voluntariado** que funcione como ponto por excelência de coordenação da informação sobre oportunidades, perfis de voluntários e necessidades das entidades, suportada por uma base de dados abrangente que permita uma gestão eficiente, o mapeamento contínuo das necessidades do território e a promoção de uma cultura de voluntariado estruturada e acessível.

2. Capacitação e Valorização do Voluntário

- **Desenvolver programas de voluntariado** com base em necessidades claras e uma articulação eficaz entre a oferta e a procura, considerando as características, interesses, valores e identidade dos potenciais candidatos.

- Promover a **descentralização e diversificação dos programas de voluntariado**, expandindo a sua abrangência territorial e o número de entidades envolvidas.
- Promover **ações de formação contínua** para voluntários e para as organizações que os acolhem, abrangendo temas como a ética do voluntariado, comunicação eficaz, gestão de projetos e legislação aplicável, garantindo a qualidade das intervenções e a segurança de todos os envolvidos.
- Introduzir **mecanismos de avaliação pelos voluntários no pós-ação**, garantindo a melhoria contínua dos programas e a sua adequação às expectativas.
- Reforçar o **Cartão do Voluntário**, atribuindo benefícios tangíveis que reconheçam o esforço e a dedicação dos voluntários.
- Garantir a monitorização contínua dos voluntários, acompanhando o seu percurso e necessidades.

3. Promoção e Sustentabilidade da Cultura do Voluntariado

- Desenvolver **programas de sensibilização e educação para o voluntariado** junto das escolas do concelho, fomentando o espírito cívico e solidário desde tenra idade.
- **Intensificar a colaboração com empresas, associações locais, Juntas de Freguesia e outras instituições**, incentivando o voluntariado de forma transversal.

INTERCULTURALIDADE E MIGRAÇÕES

1. Integração e Participação Cívica

- **Promover a integração dos imigrantes** na sociedade famalicense, assegurando a inclusão plena na vida comunitária e o respeito mútuo entre culturas.
- **Atualizar o Plano Municipal de Integração de Migrantes**, com estratégias claras para a integração e combate à discriminação, adaptadas à realidade local.

- **Criar o Conselho Municipal para a Interculturalidade e Migrações (CMIM)** como espaço de participação e cocriação de políticas públicas com representantes das comunidades migrantes e entidades relevantes.
- **Consolidar a participação de Vila Nova de Famalicão na Rede Portuguesa de Cidades Interculturais**, reforçando o seu posicionamento enquanto referência nacional na gestão da diversidade.
- **Estimular o envolvimento das comunidades migrantes na vida comunitária local**, criando espaços de escuta, representação e participação ativa em fóruns consultivos e projetos colaborativos.

2. Acesso a Direitos e Serviços Essenciais

- Otimizar a capacidade do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) no acolhimento e integração de pessoas migrantes.
- **Cooperar com o Governo e as forças de segurança na prevenção e combate ao tráfico de seres humanos e à imigração ilegal**, garantindo uma abordagem humanista e eficaz.
- **Articular o acompanhamento de refugiados com os serviços competentes**, assegurando um processo de integração abrangente, com especial atenção às suas necessidades específicas.
- **Desenvolver uma plataforma digital multilingue**, com informação sobre serviços municipais, emprego, habitação, cultura e apoio social, facilitando a integração e a autonomia dos migrantes.

3. Educação, Cultura e Promoção da Diversidade

- **Promover a literacia cívica junto das populações migrantes**, através de programas de formação sobre direitos e deveres de cidadania, os valores democráticos e a organização política portuguesa.
- **Potenciar o conhecimento da língua, da cultura e da identidade portuguesas**, como instrumento de integração e partilha, sem prejuízo da preservação das culturas de origem.

- **Implementar programas de tutoria e mentoria escolar**, para facilitar a integração de crianças e jovens migrantes, fomentando o apoio entre pares e o sucesso escolar.
- **Promover iniciativas educativas sobre a história e cultura das comunidades migrantes** presentes no concelho, favorecendo o respeito pela diversidade nas escolas.
- **Criar o projeto “Bibliotecas Humanas”** na Rede Municipal de Leitura Pública e nas escolas, como espaço de partilha de testemunhos de vida, combate aos estereótipos e promoção da empatia.
- **Realizar o Festival Intercultural de Vila Nova de Famalicão**, celebrando as diferentes culturas através da gastronomia, música, dança e arte, reforçando os laços comunitários.
- **Divulgar medidas de combate ao racismo e à xenofobia**, promovendo o respeito mútuo e a construção de uma comunidade solidária e coesa.

4. Emprego e Empreendedorismo

- **Facilitar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho**, através de programas de orientação, reconhecimento de competências e apoio ao empreendedorismo.
- **Criar um Hub de Empreendedorismo Intercultural**, promovendo a formação e mentoria de migrantes com espírito empreendedor, em articulação com o IEFP e associações empresariais.

5. Sensibilização Intercultural e Coesão Social

- **Reforçar as condições de acolhimento das pessoas migrantes**, promovendo ações de sensibilização junto da sociedade local e esclarecendo os migrantes sobre os seus direitos e deveres.
- **Promover o conhecimento mútuo e a partilha de valores comuns**, estimulando uma cultura de acolhimento, respeito e pertença.

- **Estabelecer programas de mediação e dinamização comunitária**, que promovam a convivência intercultural e previnam conflitos, contribuindo para a coesão e a paz social no concelho.
- **Garantir o acesso efetivo dos migrantes aos cuidados de saúde**, promovendo a mediação intercultural e reforçando a literacia em saúde.
- **Promover a equidade no acesso à habitação e à melhoria das condições de habitabilidade.**

6. Diáspora, Cooperação e Internacionalização

- **Dinamizar uma rede de trocas ativas e de proximidade entre o território e a presença de famalicenses no Mundo**, promovendo a partilha de experiências, o intercâmbio de boas práticas e o fortalecimento das ligações culturais, económicas e institucionais.
- **Valorizar o papel da diáspora na promoção de Vila Nova de Famalicão a nível global**, envolvendo os famalicenses emigrados como embaixadores da identidade local, agentes de desenvolvimento e pontes para a internacionalização do concelho.

BEM-ESTAR ANIMAL

1. Otimização dos Serviços de Bem-Estar Animal

- Elaborar e implementar o **Plano Estratégico Municipal para o Bem-Estar Animal**, que tem como missão promover uma convivência harmoniosa e responsável entre os seres humanos e os animais, assegurando a sua proteção, saúde e dignidade.
- **Reforçar os serviços municipais de bem-estar animal.**
- **Otimizar o Centro de Recolha Oficial Animal**, investindo na melhoria das condições de alojamento e do acompanhamento veterinário permanente.

- Assegurar no Centro de Recolha Oficial Animal um **centro de atendimento permanente destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica**, que não consigam assegurar os cuidados básicos de saúde ou socorrer os seus animais em emergência.
- Criar uma **rede municipal de espaços ao ar livre**, devidamente equipados e integrados em zonas de lazer ou áreas verdes, que possibilitem a utilização por animais de companhia e respetivos tutores, em articulação com as Juntas de Freguesia.
- Promover a **constituição de colónias de animais errantes.**
- Estudar a **criação de cemitérios e/ou crematórios para animais de companhia.**
- **Dotar as forças policiais de atuação municipal e associações zoófilas de leitores de microchip.**
- **Assegurar a existência de um Centro de Recolha para Animais Selvagens (CRAS)**, ou estabelecer protocolos com Centros já existentes, para apoio veterinário e recuperação para devolução ao meio natural.

2. Controlo Populacional e Adoção Responsável

- Realizar um **censo para apuramento dos animais existentes** no concelho, visando reforçar a fiscalização, prevenção do abandono, socorro em caso de incapacidade do detentor, e o bem-estar e saúde animal.
- Promover **programas de esterilização, abrangendo animais de rua e de famílias carentiadas.**
- Intensificar as **campanhas de adoção responsável**, promovendo a divulgação dos animais através de plataformas digitais e eventos de adoção, em colaboração estreita com associações de proteção animal.
- Desenvolver **programas locais de identificação e monitorização de colónias de animais de companhia errantes.**

- Implementar o conceito de “**Animal Comunitário**”, garantindo a proteção dos animais cuidados em espaços públicos, cuja guarda, detenção, alimentação, esterilização e cuidados médico-veterinários são assegurados por um grupo de cidadãos.

3. Fiscalização e Combate ao Abandono e Maus-Tratos

- **Reforçar a fiscalização do cumprimento da legislação relativa ao bem-estar animal**, com o Serviço Veterinário Municipal, a Polícia Municipal e as forças de segurança intensificando as ações de deteção de situações de abandono e maus-tratos.
- Desenvolver uma **aplicação móvel para denúncias**, facilitando a participação cidadã e garantindo uma resposta célere e eficaz.
- Garantir a existência de soluções para a recolha de equídeos vítimas de maus-tratos, abandonados ou a deambular em vias públicas, através do CROA ou de protocolos com entidades privadas.

4. Educação e Sensibilização Cívica

- Promover uma **cultura de respeito e responsabilidade para com os animais**, com ações de sensibilização e educação cívica direcionadas a todas as faixas etárias, com particular foco nas escolas.
- Apoiar os centros de recuperação de animais silvestres locais e promover a divulgação do seu trabalho junto das escolas e da população em geral.
- Realizar campanhas de sensibilização para o fim do acorrentamento e criar medidas de apoio, em articulação com associações zoófilas.

EIXOS PARA A MUDANÇA



CAPACITAR FAMALICÃO

EDUCAÇÃO

1. Estratégia e Governanças Educativas

- **Rever e atualizar o Plano Estratégico Educativo Municipal** como o principal instrumento de orientação estratégica e operacional das políticas educativas locais, assegurando a sua implementação coerente e monitorização contínua. Alinhado com os grandes desígnios da educação para o século XXI, este plano deve consagrar uma visão sistémica e participada, em que escola, comunidade, autarquia e agentes sociais atuam em convergência para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, e afirmação de Vila Nova de Famalicão como Município Educador.
- **Promover a afirmação de Vila Nova de Famalicão como “Cidade do Brincar”**, promovendo o direito ao jogo e ao tempo livre como dimensão essencial do desenvolvimento infantil. Esta aposta materializa-se na criação e requalificação dos parques infantis nos meios urbanos e rurais, na qualificação dos recreios escolares e na dinamização de experiências lúdicas em contacto com a natureza, reforçando a imaginação, a autonomia e a socialização.
- **Executar com ambição os investimentos estratégicos da Carta Educativa “EDUCA 20.30”**, orientados para a modernização da rede de equipamentos escolares do concelho, numa lógica de coesão territorial, eficiência energética, acessibilidade universal e inovação pedagógica. A requalificação das infraestruturas será acompanhada pela introdução de ambientes educativos flexíveis e tecnologicamente preparados para os desafios da educação do futuro.

- **Reforçar o mapa da oferta escolar pública com a reivindicação da criação de um novo estabelecimento de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário em Riba de Ave**, respondendo à pressão demográfica da freguesia e da sua envolvente e garantindo equidade territorial no acesso a uma escola pública de qualidade. A autarquia assumirá um papel proativo na interlocução com o Ministério da Educação, munida de um compromisso firme com o interesse das comunidades educativas locais.
- **Reforçar o papel do Conselho Municipal de Educação** como espaço de concertação estratégica e inteligência coletiva, valorizando-o enquanto fórum privilegiado de escuta ativa, deliberação partilhada e construção participada de soluções educativas para o território.
- **Consolidar a presença ativa de Vila Nova de Famalicão na Rede Portuguesa das Cidades Educadoras**, bem como na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), enquanto cidade-membro comprometida com a Carta das Cidades Educadoras.
- **Fomentar a participação cidadã dos alunos nos processos de gestão das escolas.**
- **Apoiar os Agrupamentos de Escolas nos seus processos de autonomia**, promovendo a articulação das escolas com o contexto sociocomunitário, bem como a valorização dos múltiplos saberes e competências, promovendo cidadãos confiantes e participativos na vida escolar e comunitária.

2. Educação para a Igualdade de Oportunidades

- **Promover mecanismos municipais para garantir o acesso universal e progressivamente gratuito à educação pré-escolar**, independentemente da condição económica ou social das famílias. Para tal, propõe-se o reforço dos protocolos e apoios às instituições da rede solidária e privada, estimulando uma cobertura territorial equilibrada e de qualidade. Este esforço assegurará que todas as crianças entre os 3 e os 6 anos tenham acesso pleno à educação de infância, enquanto base essencial para o sucesso educativo e a igualdade de oportunidades ao longo da vida.

- **Reforçar os recursos humanos e técnicos em cada Agrupamento**, promovendo uma resposta equitativa e eficaz aos alunos com necessidades específicas.
- Criar uma **estrutura municipal de intervenção integrada** para alunos com percursos escolares fortemente comprometidos, através de apoio socioeducativo individualizado, programas de capacitação para a vida ativa, oferta formativa municipal alternativa e cooperação interinstitucional.
- **Reforçar os mecanismos de apoio e as equipas multidisciplinares existentes nos agrupamentos escolares**, com o reforço de psicólogos, assistentes sociais e mediadores culturais.
- **Melhorar as valências no apoio aos alunos e alunas com Necessidades Educativas Específicas** (NEE), reforçando a formação de assistentes operacionais com funções de ação educativa, aumentando os equipamentos e recursos, e criando uma valência de apoio à família fora da escola para atividades adaptadas no período de férias escolares.
- Promover medidas diferenciadoras que assegurem a equidade desde a primeira infância, nomeadamente com **programas de intervenção precoce para crianças em situação de desvantagens múltiplas, designadamente de caráter socioeconómico**.
- Aprofundar o **envolvimento das escolas com o Município para os programas de saúde pública e de combate à pobreza infantil**, garantindo cuidados básicos de saúde, higiene e uma alimentação saudável e equilibrada a toda a população escolar.
- Criar um programa, envolvendo nutricionistas, para **alterar a ementa das refeições escolares**, garantindo produtos saudáveis e uma ementa equilibrada e rica em nutrientes. Os níveis crescentes de obesidade infantil, a que se junta o facto de um número ainda significativo de crianças ter a melhor refeição do dia na escola, obrigam a repensar e melhorar substantivamente a qualidade da alimentação escolar.

- Desenvolver uma **estratégia municipal para a integração de alunos estrangeiros**, assegurando a todos os alunos o direito a uma aprendizagem plena da língua portuguesa e medidas de acolhimento e mediação intercultural.

3. Excelência Pedagógica e Inovação Curricular

- Criar **Oficinas Municipais de Matemática Aplicada**, dinamizando atividades extracurriculares em contexto prático e experimental, em articulação com escolas, bibliotecas e centros de ciência e tecnologia.
- Implementar o programa **“Mentoria Matemática Famalicão +”**, oferecendo tutoria individualizada para alunos com dificuldades persistentes, desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior e politécnico, e voluntariado qualificado.
- Lançar a campanha **“Matemática em Todo o Lado”**, com ações de sensibilização pública e envolvimento das famílias, empresas e associações na valorização social da Matemática.
- **Promover a formação parental e o apoio familiar**, através de sessões informativas e práticas dirigidas a encarregados de educação para apoiar a construção de um ambiente motivador e positivo face à disciplina.
- Criar a **Rede Municipal de Literacia Digital**, apoiando os agrupamentos escolares na introdução de clubes e oficinas de iniciação à programação, pensamento computacional e robótica desde o 1.º ciclo.
- Criar a **Academia Famalicão Tech +**, uma academia extracurricular municipal com cursos modulares de curta e média duração em linguagens de programação, desenvolvimento de algoritmos e noções práticas de Inteligência Artificial, dirigidos a jovens, adultos em requalificação e seniores digitalmente ativos.
- Instalar **Laboratórios de IA e Criatividade Digital em bibliotecas, centros educativos e espaços públicos**, com acesso a software educativo, kits de robótica e mentoria por profissionais e estudantes do ensino superior voluntários.

- Lançar anualmente o “**Famalicão Code Challenge**”, uma competição concelhia de programação e resolução algorítmica de problemas, em parceria com escolas, empresas tecnológicas e instituições de ensino superior e politécnicas.
- Estabelecer parcerias estratégicas para a criação de percursos formativos, estágios e projetos interativos, promovendo a fixação de talento e a formação.
- Assegurar que a aprendizagem não se efetua apenas através do conhecimento académico tradicional, garantindo que todos os alunos tenham acesso a outras formas de realização pessoal e possibilidades de sucesso, nomeadamente através das artes, cultura e desporto escolar, valorizando e reforçando estas competências.
- Promover a relação entre as escolas e a comunidade, disponibilizando também as estruturas de proximidade, como bibliotecas, espaços verdes, hortas comunitárias, museus e teatros, para potenciar a sua utilização educativa e cultural por todos.
- Investir na aquisição de meios tecnológicos, possibilitando aprendizagens que incluam conteúdos digitais, mas tendo sempre presente a sustentabilidade ambiental e o uso preferencial de software livre.

4. Escola e Comunidade: Educação Integral

- Garantir o envolvimento das escolas, da autarquia e da comunidade de forma a dar resposta às várias funções educativas, como as atividades de enriquecimento curricular, outras atividades formais e não formais, e as necessidades de apoio às famílias.
- Consolidar os **Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAPF)**.
- Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, associações desportivas, clubes, autarquias e escolas, no **desenvolvimento integrado de práticas desportivas, acessíveis aos cidadãos dos diferentes grupos etários, valorizando a dimensão formativa e cidadã do desporto**.

- Cooperar com os diversos agentes educativos na efetivação de projetos educativos que privilegiem a **promoção da cidadania e proteção do ambiente**, proporcionando um conjunto diversificado de experiências, agregando as ofertas educativas não formais do concelho e corresponsabilizando cada autarquia pela promoção desses valores.
- Reforçar os mecanismos e recursos do **Programa Escola Segura**, trabalhando em rede para promover um ambiente escolar mais saudável, tolerante e inclusivo.

5. Transição Ecológica, Digital e Cidadã na Educação

- **Intervir nos equipamentos escolares para aumentar a sua eficiência energética**, garantindo uma climatização adequada e a promoção da saúde da comunidade educativa nas épocas de maior frio e calor.
- Implementar nas escolas formas eficientes e ecológicas de captação de **energias limpas**, nomeadamente através da energia solar, possibilitando poupanças significativas e constituindo exemplos de boas práticas no combate às alterações climáticas para as gerações mais novas.
- Criar condições para a **remoção progressiva do amianto das escolas**.
- Apostar na **requalificação energética dos edifícios escolares**, com painéis solares, ventilação natural e aproveitamento de águas pluviais.
- Promover a criação das **hortas pedagógicas e eco-parques escolares** em todos os estabelecimentos de ensino.
- Consolidar o programa “**Eco-Escolas**” como matriz de cidadania ambiental junto da comunidade educativa.
- Promover a **literacia digital crítica e o combate à infoexclusão**.

6. Ensino Profissional, Ensino Superior e Aprendizagem ao Longo da Vida

- Continuar o **investimento na educação e formação de adultos**, generalizando a perceção de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida, promovendo quer a educação formal (**nomeadamente a formação profissional em contexto de trabalho**) quer a aprendizagem não formal e informal em todas as idades, incluindo as Academias Sénior, tanto em meio urbano como rural.
- Alargar e diversificar a **oferta de cursos profissionais**, em articulação com o tecido empresarial e a rede de incubadoras locais.
- Consolidar a **ligação entre as escolas e o tecido empresarial**, através de estágios reais, mentorias profissionais e incubação de projetos juvenis.
- Ampliar as oportunidades de formação para jovens e adultos, promovendo uma oferta diversificada de percursos profissionalizantes, formação contínua e qualificação avançada, em estreita articulação com as necessidades do tecido empresarial e os desafios da economia do conhecimento.
- Implementar **medidas integradas de (re) orientação e reconversão profissional**, com foco na gestão ativa da carreira, no acesso a novas qualificações, na mobilidade entre sectores e no estímulo ao empreendedorismo.
- **Promover percursos formativos para adultos com baixa escolarização ou reorientação profissional**.
- Reforçar e dinamizar a **cooperação estratégica com as instituições de ensino superior** sediadas no concelho – nomeadamente a Universidade Lusíada e a Escola Superior de Saúde do Vale do Ave –, e aprofundar a articulação com universidades e politécnicos com presença ativa no território, como a Universidade do Minho e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, através do CIIES e do Famalicão IN Hub.

- **Defender a instalação de um verdadeiro polo do ensino superior público** no concelho, concebido como motor de desenvolvimento local e regional, com uma oferta formativa diversificada, qualificada e estrategicamente orientada, integrando CTeSP, licenciaturas, pós-graduações e mestrados em áreas prioritárias para os setores produtivos e estratégicos do território. Este pólo deverá afirmar-se como espaço de excelência académica e científica, com vocação para áreas emergentes de forte impacto económico, social e tecnológico, promovendo a captação e fixação de talento jovem, e consolidando o concelho como ecossistema de inovação e conhecimento com projeção regional, nacional e internacional.

7. Valorização dos Profissionais da Educação

- **Capacitar o pessoal não docente para assegurar maior acompanhamento dos alunos e maior flexibilidade nas atividades dentro e fora do espaço escolar**, garantindo a integração de todos aqueles que desempenham funções permanentes, incluindo os monitores das atividades de enriquecimento curricular.
- **Reconhecer e valorizar os assistentes operacionais e técnicos** e demais profissionais não docentes nas escolas, assegurando as melhores condições laborais para estes pilares da comunidade escolar.
- Garantir a **formação contínua de docentes, formadores, tutores de Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e outros profissionais do sistema educativo**.
- Promover ações de **ERASMUS+** para a internacionalização das escolas, qualificação especializada e atração de talento.

CULTURA

1. Salvaguarda do Património Cultural

- Criar o **Ecomuseu Municipal**, dotado de um modelo policêntrico e descentralizado, com núcleos temáticos que abrangem a agricultura tradicional no Vale do Este, os ofícios antigos nos vales do Pelhe e do Ave, e o legado castrejo, articulando identidade, memória e desenvolvimento local.
- Criar a **Rede Municipal de Sítios Arqueológicos**, englobando o futuro Parque Eco Arqueológico das Eiras e os principais sítios arqueológicos do concelho.
- Criar condições para a **candidatura do conjunto arqueológico das Eiras a Património Cultural da Humanidade**, em articulação com outros conjuntos arqueológicos do Noroeste Peninsular.
- Promover a **valorização de locais de relevante interesse patrimonial na cidade**, como a Fonte dos Pelames e o lavadouro da Travessa dos Eixidos, que será transformado num Lavadouro Municipal patrimonializado, e edifícios ligados à memória histórica urbana.
- **Salvaguardar o património imaterial, através de oficinas de transmissão de saberes**, promoção do artesanato e registos audiovisuais de práticas culturais, garantindo a continuidade das tradições comunitárias.

2. Modernização e Qualificação das Estruturas Culturais

- **Reestruturar a Rede Municipal de Museus** segundo os melhores padrões de gestão museológica, garantindo a complementaridade entre as diferentes instituições e a otimização dos recursos disponíveis.
- Concretizar a **instalação definitiva do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave em Riba de Ave**, criando um espaço ímpar de interpretação sobre o setor têxtil.

- Modernizar a **Rede Municipal de Leitura Pública**, dotando-a de tecnologias digitais, espaços colaborativos e laboratórios criativos, promovendo a inclusão digital e o acesso à cultura e ao conhecimento.
- Dinamizar o **Arquivo Municipal Alberto Sampaio** enquanto estrutura de referência na valorização da memória coletiva famalicense, através da sua ampliação (reabilitação da Casa Senador Sousa Fernandes), modernização (digitalização de acervos) e criação de um centro de memória vivo e acessível.
- **Consolidar o papel da Casa das Artes** na programação e promoção de projetos culturais em parceria e na formação de públicos.
- **Posicionar o Teatro Narciso Ferreira** enquanto polo estratégico de desenvolvimento cultural da zona nascente do concelho.
- Criar um novo **equipamento multiusos, que funcionará como um polo dinamizador e de afirmação de Vila Nova de Famalicão** a nível regional, nacional e internacional, capaz de ampliar a participação de novos públicos, dinamizar a atividade artística e o emprego, e potenciar o turismo cultural.
- **Modernizar a infraestrutura tecnológica em rede de equipamentos culturais e do património cultural**, implementando uma estratégia digital para a cultura.

3. Incentivos à Criação Artística e à Educação Cultural

- Concretizar a criação da **Orquestra de Vila Nova de Famalicão**, um projeto que articula o ensino e a profissionalização musical, sendo uma embaixadora cultural do concelho e dinamizadora da educação artística.
- Desenvolver **programas educativos e de mediação cultural** focados na comunidade escolar, promovendo visitas técnicas, práticas exemplares e sinalética explicativa de excelência.
- Implementar um **Programa de Residências Artísticas e do Património cultural**, que promove a criação artística com ligação ao património.

- Capacitar as redes e atores de animação social e cultural.
- Reforçar a mediação na comunidade escolar através do trabalho colaborativo dos agentes culturais com as escolas.
- Apoiar e **promover os artistas e criadores culturais**, incentivando a criação e dinamização de indústrias criativas e um programa para a fixação de artistas e criativos.
- Impulsionar a **criação e cocriação artística**, com especial apoio à atividade criativa das novas gerações.
- Desenvolver atividades que conectem a inovação económica e social com a criatividade cultural.
- Apostar na transição digital do livro e dos autores, correlacionando literatura e literacia digital.

4. Promoção do Concelho como Destino Cultural de Referência

- **Valorizar a qualificação dos Caminhos de Santiago**, assegurando sinalética de qualidade, materiais multilingues e uma rede de apoio ao peregrino, reforçando a vocação do concelho no panorama do turismo religioso e cultural nacional e europeu.
- Potenciar as condições para a **criação dos Caminhos Marianos**, em parceria com outros municípios e entidades, abrangendo locais como o **Santuário de Nossa Senhora do Carmo, em Lemenhe, e o Mosteiro de Santa Maria de Landim**.
- Reforçar as **ligações criativas entre cultura e turismo** para o desenvolvimento de produtos distintivos e experiências culturais únicas.
- **Qualificar e dinamizar culturalmente espaços e equipamentos públicos**, potenciando a multifuncionalidade de espaços e equipamentos.
- **Posicionar estrategicamente o cluster cultural de Vila Nova de Famalicão, através de uma estratégia de comunicação e marketing** baseada nos fatores de diferenciação, qualidade e excelência, com aposta em nichos artísticos, produtos estratégicos e marcas identitárias.

5. Fortalecimento da Governança Cultural

- Implementar um **Plano Municipal de Cultura**, participado e estrategicamente orientado, que reflita a diversidade cultural do concelho, promova a coesão territorial e social, valorize o património material e imaterial e potencie a criação artística local.
- Reforçar o papel do **Conselho Municipal da Cultura** como órgão consultivo e plataforma de diálogo permanente entre o Município e os diferentes agentes culturais.
- **Capacitar os agentes culturais para a transição verde e digital, promovendo a gestão sustentável das práticas culturais e artísticas e a criação de novos produtos digitais**.
- Apoiar o tecido associativo para o desenvolvimento de projetos de interesse cultural comunitário.

DESPORTO

1. Promoção da Prática Desportiva para Todos

- Desenvolver e concretizar um **Plano Municipal do Desporto e da Atividade Física**, com visão estratégica, caráter multisetorial e impacto transversal, que alinhe a ação desportiva com as políticas de promoção da saúde física e mental, do bem-estar, da sustentabilidade ambiental e da inclusão cultural. Este plano será construído de forma participativa e civicamente envolvente, mobilizando clubes, associações, escolas, Freguesias, cidadãos e instituições locais,
- **Desenvolver e expandir programas de desporto adaptado para pessoas idosas e pessoas com deficiência ou com necessidades específicas**, replicando as melhores práticas nacionais e garantindo a formação de técnicos especializados e a adaptação das instalações existentes e futuras.

- **Fortalecer o desporto escolar**, através do reforço da parceria com os agentes da comunidade educativa, para diversificar a oferta desportiva extracurricular, otimizar a utilização partilhada de infraestruturas e promover a identificação precoce de talentos.
- Criar um **Centro de Recursos para o Desporto Adaptado**, que seja um centro de capacitação, inovação e inclusão, com material acessível para cedência a todos os clubes e desportistas, e que sirva como um polo de formação desportiva comunitária.

2. Desenvolvimento e Qualificação das Infraestruturas Desportivas

- Criar uma **rede municipal de desporto ao ar livre**, acessível, inclusiva e territorialmente equilibrada, promovendo hábitos de vida saudáveis, o bem-estar e o combate ao sedentarismo. Esta rede será concretizada através da instalação de equipamentos de treino funcional acessíveis a todas as idades, da criação de parques de *street workout* e da expansão de espaços de fitness ao ar livre, em articulação com as Juntas de Freguesia e com enfoque na requalificação do espaço público urbano e natural como ambiente promotor de saúde e qualidade de vida.
- **Requalificar, ampliar e modernizar as Piscinas Municipais.**
- **Modernizar e aprimorar o Estádio Municipal**, garantindo a sua valorização e a melhoria das condições para atletas e espectadores.
- **Otimizar e modernizar infraestruturas desportivas existentes**, bem como assegurar a sua modernização tecnológica, adotando sistemas de gestão energética e de água, visando a sustentabilidade ambiental e a redução de custos operacionais.
- **Promover a multiplicidade de usos das instalações**, incentivando a utilização polivalente das instalações desportivas, a prática de diversas modalidades, a realização de eventos comunitários e o seu retorno social.

- **Implementar e expandir rotas pedonais e cicláveis que incentivem a deslocação ativa** e integrem a prática desportiva na vida quotidiana da população.

3. Apoio ao Associativismo Desportivo

- **Estabelecer um modelo de apoio às associações e clubes desportivos locais baseado em critérios de transparência, mérito desportivo e impacto social**, com financiamento associado a projetos específicos e resultados mensuráveis.
- **Capacitar e formar dirigentes, treinadores e voluntários**, em áreas como gestão desportiva, marketing, captação de recursos e transição digital, promovendo a sustentabilidade e a profissionalização do setor associativo.

JUVENTUDE

1. Participação Cívica e Associativismo Qualificado

- Reforçar o Conselho Municipal de Juventude (CMJ), assegurando o seu funcionamento regular e relevante como órgão consultivo com verdadeiro impacto nas decisões autárquicas.
- Consolidar o Orçamento Participativo Jovem, permitindo que os jovens apresentem e votem projetos para o concelho.
- Capacitar os dirigentes associativos em áreas como a gestão de projetos e a captação de financiamentos, fomentando o intercâmbio entre associações locais, nacionais e internacionais.
- Assegurar linhas de financiamento estáveis e transparentes para apoiar a atividade associativa local, simplificando os processos e valorizando critérios de inovação, inclusão e sustentabilidade.

2. Educação, Empregabilidade e Empreendedorismo

- Implementar um “Hub de Talentos Jovem”, um espaço físico e virtual que concentre recursos para formação complementar em **soft skills** e literacia digital avançada, mentoria com empresários locais e oportunidades de **networking**.
- Articular as iniciativas municipais de apoio ao empreendedorismo com programas de estágio profissional e primeiro emprego, garantindo que a formação se alinha com as necessidades do mercado de trabalho local.
- Elaborar um diagnóstico aprofundado dos jovens NEET (Nem Emprego, Nem Educação, Nem Formação) e dos “jovens desiludidos”, caracterizar o grupo de jovens em risco e definir e implementar propostas integradas de resposta.
- Desenvolver medidas de apoio à (re)orientação profissional e ao (re)posicionamento dos jovens face às necessidades do mercado de trabalho, incentivando a abertura a novas oportunidades e áreas para além da formação académica base.
- Promover e implementar o Pacto Territorial para o Emprego Jovem, tendo como objetivo a promoção da empregabilidade e a atração e retenção do talento jovem.
- Promover e incentivar o envolvimento dos empregadores no desenvolvimento de competências no sistema de ensino.
- Fomentar o voluntariado e criar condições para que os jovens desenvolvam experiências e adquiram competências que os ajudem na sua integração no mercado de trabalho.
- Apoiar estratégias de capacitação e requalificação dos jovens, em colaboração com parceiros públicos e privados, visando a resposta a setores na área digital, transição energética e ação climática.
- Garantir, anualmente, a jovens que concluíam os seus estudos superiores ou o 12.º ano e não desejem continuar a estudar, a realização de um estágio profissional remunerado, envolvendo os serviços municipais, empresas parceiras e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

- Reforçar o programa “Viveiro de Ideias Gerador”, com alargamento das áreas de formação e apoio aos jovens.

3. Cultura, Desporto e Bem-Estar

Este eixo visa promover o acesso à cultura e ao desporto, bem como o bem-estar físico e mental dos jovens, fomentando a sua criatividade e saúde.

- Maximizar a utilização dos equipamentos culturais e desportivos existentes, com o envolvimento das associações juvenis.
- Reforçar o apoio à saúde mental dos jovens, através do reforço do apoio psicológico acessíveis e desmistificando o estigma associado a estas questões.
- Criar a rede municipal de espaços de juventude – centros de associações ou espaços multifuncionais – para atividades culturais, desportivas e de debate, assegurando a gestão partilhada com as associações juvenis.
- Implementar programas locais de voluntariado jovem, promovendo oportunidades em domínios como ambiente, apoio social, património ou cultura, e reconhecendo publicamente o mérito dos jovens voluntários.
- Criar a Academia Municipal de Liderança e Cidadania Jovem, com programas formativos para jovens em áreas como liderança, associativismo, competências digitais, sustentabilidade e empreendedorismo.

4. Habitação e Mobilidade

- Estudar a viabilidade de programas de “Habitação Jovem Colaborativa”, que facilitem o acesso a arrendamento a preços acessíveis para jovens em troca de envolvimento em projetos comunitários.
- Avaliar e otimizar as redes de transportes públicos, garantindo que as necessidades de mobilidade dos jovens, especialmente no acesso a centros de estudo, trabalho e lazer, são devidamente acauteladas.

EIXOS PARA A MUDANÇA



CRESCER FAMALICÃO

DEMOGRAFIA

1. Governança, Avaliação e Participação

- **Elaborar e implementar o Plano Municipal para a Demografia**, um instrumento estratégico e operativo que articula de forma transversal e integrada todas as políticas locais com impacto demográfico (habitação, mobilidade, cultura, juventude, saúde, etc.). Este processo, iniciado em 2024, deve assumir os desafios demográficos como determinantes para o futuro do concelho.

2. Atratividade e Fixação de População Jovem e Ativa

- Implementar o **Programa Municipal de Acolhimento de Novos Residentes "Bem-Vindo a Famalicão"**, estabelecendo um "Balcão do Novo Famalicense" para apoio personalizado na instalação de famílias, providenciando informações sobre habitação, educação, saúde e emprego, e fomentando programas de mentoria com famílias.
- Criar um **Pacote Fiscal Atrativo para a Atração Residencial**, assegurando a isenção total de IMT na primeira aquisição de habitação no concelho para jovens até 35 anos com filhos. Promover-se-á igualmente a redução de IMI por cinco anos para imóveis reabilitados destinados a residência própria e a majoração do apoio à reabilitação em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) por jovens proprietários, em conformidade com a Lei das Finanças Locais e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.
- Lançar o **Programa "Trabalhar em Famalicão"**, concedendo incentivos à fixação de profissionais qualificados (engenheiros, médicos, professores, criativos digitais, entre outros), através de participação em rendas ou transportes nos primeiros 12 meses. Serão ainda estabelecidos acordos com empresas locais para a captação conjunta de talento, bem como a criação de uma rede de coworking, com espaços modernos e de baixo custo ou gratuitos, equipados

com tecnologia moderna, para *freelancers*, empreendedores e trabalhadores remotos, promovendo a criação de comunidades e sinergias profissionais no concelho.

- **Oferecer Vouchers de Mobilidade para Recém-Chegados**, disponibilizando passes de transporte público gratuitos ou subsidiados por um período inicial a jovens que se fixem no concelho, facilitando a sua integração e mobilidade
- Criar um **regime de arrendamento apoiado para jovens casais ou famílias com filhos**, com rendas compatíveis com os rendimentos médios do concelho, em imóveis municipais reabilitados ou em parcerias com proprietários privados, aprofundando localmente exemplos como o Programa Porta 65 Jovem.

3. Rejuvenescimento Populacional e Apoio à Família

- **Reforçar a dimensão transversal da política municipal de apoio à família**, integrando a proteção e valorização das famílias como eixo estratégico em todas as áreas de intervenção pública local, desde a habitação à educação, passando pela saúde, cultura, mobilidade e coesão social.
- Conceder um **incentivo imediato à natalidade de 1.000,00 € por cada criança nascida no território cujos pais aqui residam**, em consonância com a Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Famalicão (ACIF), promovendo o apoio direto à natalidade e indireto ao comércio local.
- Desenvolver a **Conta de Desenvolvimento Social**, um instrumento de apoio aos filhos de famílias com maiores dificuldades económicas, disponibilizando anualmente 300,00€ num depósito bancário social que acumula até aos 18 anos, permitindo um capital para prosseguimento de estudos, criação de empresa ou projetos sociais.

- Implementar a **Rede Municipal de Apoio à Primeira Infância**, envolvendo a modernização de creches, amas familiares certificadas, jardins de infância e outras respostas, em parceria com entidades do setor público, solidário e privado.
- Garantir o acesso universal e gratuito a creches e pré-escolar no concelho, através da negociação direta com cada uma das instituições para que as dotações estabelecidas com a Segurança Social possam ser alteradas, ampliando-as nos casos em que essa opção seja razoável e possível, responsabilizando-se a Câmara Municipal por todos os custos que daí possam advir.
- Criar um **programa municipal de apoio à fertilidade**, que apoie casais em situação vulnerável com dificuldades de procriação, participando tratamentos de fertilidade em clínicas privadas, complementando os serviços do Serviço Nacional de Saúde e reduzindo os tempos de espera.
- Apoiar a **criação de grupos de partilha para a gravidez**, orientados por profissionais de enfermagem especialistas em Saúde Materna e Obstetrícia (EESMO), em articulação com associações
- Promover **sessões de esclarecimento sobre os aspetos jurídicos, apoios, direitos e deveres no período da gravidez**.
- Incentivar a parentalidade ativa e responsável, através de formações, grupos de apoio parental e de redes de voluntariado familiar.
- **Criar uma estrutura municipal de apoio à mediação familiar**, vocacionada para facilitar a resolução de conflitos no seio das famílias, promover a coesão e o diálogo intergeracional, e assegurar a articulação com os serviços de ação social e de justiça em contextos de maior fragilidade ou vulnerabilidade.
- **Fomentar redes de cooperação entre escolas, equipamentos sociais e entidades locais**, com vista à criação de ambientes favoráveis ao exercício de uma parentalidade positiva e responsável, reforçando a partilha de responsabilidades entre famílias, comunidade educativa e serviços de apoio social.

- **Desenvolver campanhas de informação e sensibilização sobre o papel estruturante da família na sociedade**, destacando os seus valores, desafios contemporâneos e contributo para a coesão social, com recurso a meios de comunicação acessíveis e mobilizadores.

4. Inclusão, Envelhecimento Ativo e Coesão Intergeracional

- Expandir a rede integrada de apoio à pessoa idosa, englobando as diversas respostas sociais destinadas à população idosa
- Apoiar a instalação de **"Casas Partilhadas Intergeracionais"**, um modelo em que seniores cedem alojamento a jovens ou famílias mediante partilha de tarefas ou apoio social.
- Implementar o **Banco de Tempo**, criando uma plataforma digital municipal para a troca intergeracional de serviços e saberes (babysitting, apoio escolar, reparações domésticas, cuidados informais).
- Criar o centro municipal intergeracional e apoiar a criação de centros de dia e de convívio intergeracional, assim promovendo espaços onde idosos e jovens partilham atividades, fomentando a troca de experiências, o combate ao isolamento e o enriquecimento mútuo, incluindo programas de voluntariado sénior e oficinas de transmissão de saberes.

5. Infraestruturas e Qualidade de Vida para Todas as Gerações

- Garantir o **acesso a serviços de saúde de qualidade** e com respostas para as necessidades específicas da população.
- **Promover equipamentos públicos amigáveis para famílias, crianças, jovens e idosos**, e espaços públicos qualificados, através de políticas de urbanismo inovadoras.
- Assegurar a acessibilidade facilitada a serviços e a mobilidade para todos os grupos sociais e etários, construindo novas oportunidades de bem-estar social.

TRANSIÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

1 - Conectividade Universal e Infraestruturas Inteligentes

- Elaborar e implementar a **Estratégia Municipal para a Transição e Inclusão Digital de Vila Nova de Famalicão**, um plano abrangente que visa posicionar o concelho como um exemplo de inovação e equidade no panorama digital português e europeu, inspirado nas melhores práticas nacionais e internacionais,
- **Universalizar o acesso digital no território** através da eliminação de barreiras ao acesso à internet e tecnologias digitais, assegurando cobertura municipal com infraestruturas de fibra de última geração por meio de parcerias estratégicas.
- **Disponibilizar Wi-Fi público e gratuito**, criando e expandindo uma rede de pontos de acesso Wi-Fi em espaços estratégicos (praças, centros cívicos, parques), complementando as redes existentes.
- **Investir em sensorização e monitorização de dados**, implementando soluções de Internet of Things (IoT) para recolha de dados sobre bem-estar público (qualidade do ar, água, ruído, mobilidade), disponibilizando-os em plataforma de dados aberta.

2. Capacitação Digital para Todas as Gerações

- Criar um **programa transversal e intergeracional de formação digital**, desenvolvendo formação adaptada a diferentes grupos etários e sociais, focando em literacia essencial, segurança online e ferramentas de produtividade, em centros de competências e oficinas itinerantes.
- **Capacitar as escolas para a digitalização**, reforçando recursos humanos, equipamentos e conteúdos digitais nas instituições de ensino.
- **Promover a literacia digital para a cultura**, desenvolvendo uma estratégia específica para o setor cultural, fomentando a criação e o acesso a conteúdos digitais.

- **Capacitar as empresas, os empregadores e os trabalhadores para a transição digital.**
- Promover a **inclusão social através da tecnologia**, desenvolvendo soluções digitais adaptadas para pessoas com deficiência, programas de mentoria digital para grupos vulneráveis e parcerias com organizações sociais para projetos digitais inclusivos.

3. Serviços Públicos Digitais Inclusivos e Transparentes

- **Criar o Cartão Famalicão**, um instrumento de identificação do titular como munícipe de Vila Nova de Famalicão, que lhe permite usufruir de um conjunto de vantagens e benefícios no acesso a serviços e iniciativas promovidas pelo Município. O cartão será disponibilizado em formato físico e digital, assegurando acessibilidade e comodidade a todos os cidadãos.
- **Reforçar a modernização e digitalização dos serviços municipais**, criando uma administração mais eficiente, transparente e centrada no cidadão, implementando soluções tecnológicas inovadoras e garantindo a usabilidade e acessibilidade digital (WCAG) de portais e plataformas.
- **Garantir apoio presencial e telefónico**, reforçando balcões de atendimento e linhas de apoio dedicadas para cidadãos com dificuldades no acesso a serviços digitais.
- **Reestruturar o portal de dados abertos do Município**, aumentando legibilidade e utilidade, consolidando a política "Open Data by Default", para fomentar a transparência, investigação e criação de novos serviços.
- **Promover o software livre e formatos abertos**, assegurando que todo o código desenvolvido com dinheiro público privilegia licenças de código aberto e é disponibilizado universalmente, e implementando o uso generalizado de formatos abertos em todos os documentos.

- **Introduzir o conceito de Plataforma como Serviço (PaaS)**, criando um repositório partilhado de ferramentas, sistemas e processos digitais em código aberto, permitindo a partilha e o uso de recursos entre administrações.

4. Inovação e Ecosistema Digital Dinâmico

- **Estimular o empreendedorismo local** e atrair investimento, criando um ambiente favorável à inovação tecnológica.
- **Criar um ecossistema favorável ao desenvolvimento de negócios digitais e inovação tecnológica**, estimulando o empreendedorismo local e atraindo investimento no setor digital para o concelho.
- **Lançar um fórum de inovação digital**, promovendo a colaboração entre entidades públicas e privadas na conceção de um espaço de inovação digital para o concelho.
- **Apostar na transição para ecossistemas digitais de software livre.**
- **Criar um repositório digital de investigação**, desenvolvendo um repositório dinâmico e atualizável sobre trabalhos científicos e de investigação relativos ao concelho.

EIXOS PARA A MUDANÇA



VALORIZAR FAMALICÃO

AMBIENTE

1. Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas

- Definir e promover uma estratégia municipal de transição climática para Vila Nova de Famalicão, com horizonte de ação para 2050, alicerçada no conhecimento técnico-científico e na governança participativa. Esta estratégia deverá traduzir-se num planeamento com metas concretas, vinculativas, territorializadas e mensuráveis, orientadas para a neutralidade carbónica, a renaturalização ecológica do território e a gestão sustentável dos recursos naturais.
- Promover a transversalidade da transição climática nas diversas políticas públicas municipais.
- Rever e implementar o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC), identificando vulnerabilidades específicas de Vila Nova de Famalicão e definindo medidas concretas como a criação de infraestruturas verdes urbanas (telhados e paredes verdes, parques de retenção de águas pluviais) e a gestão integrada de riscos de cheias e secas.
- Implementar um programa abrangente de redução das emissões de carbono, com foco nos serviços públicos e na economia local, potenciando a adoção de tecnologias limpas e processos ecologicamente mais eficientes.
- Elaborar uma Carta de Suscetibilidade às Alterações Climáticas, mapeando riscos locais de forma detalhada, permitindo um planeamento urbano e territorial mais adaptativo.
- Capacitar os decisores e os trabalhadores da administração local através de formação em matéria de alterações climáticas, assegurando que a perspetiva climática se torne um reflexo automático em todas as decisões e práticas.
- Recolher e tratar dados estatísticos desagregados territorial e setorialmente, assegurando a sua disseminação regular, transparente e acessível para um conhecimento rigoroso da situação atual em matéria de vulnerabilidades e emissões:

- Reforçar a cooperação com as Freguesias e a sociedade civil no domínio da ação climática.
- Desenhar um programa de ação para a floresta do concelho que acomode as metas de sequestro de dióxido de carbono, promova a biodiversidade e um ciclo hidrológico virtuoso, priorizando linhas de água, cabeceiras de linhas de água, zonas de elevado risco de erosão e áreas de elevado risco de incêndio.
- Implementar uma estratégia de engenharia natural para gerir ondas de calor e precipitação, substituindo meios mecânicos por soluções baseadas na natureza, como a libertação de rios entubados e a reversão da impermeabilização de solos em espaços públicos, inspirando-se em projetos europeus de “cidades esponja”.
- Proteger efetivamente os cabeços e linhas de água através da sua regeneração natural, restringindo o impacto da atividade humana em zonas sensíveis e promovendo a regeneração de habitats naturais degradados.
- Fomentar a transição para uma mobilidade descarbonizada e uma gestão mais eficiente dos recursos.
- Reforçar a resiliência do concelho face a eventos climáticos extremos, promovendo uma cultura de prevenção através de campanhas de sensibilização e formação da população, da implementação de um sistema de monitorização e alerta em tempo real, e do estabelecimento de parcerias institucionais para garantir recursos essenciais e uma resposta rápida e coordenada em situações de emergência.

2. Biodiversidade e património natural

- Consolidar a **Estrutura Ecológica Municipal** (EEM) através da criação e classificação de áreas naturais e florestais em três níveis:

EEM de nível fundamental - Áreas Florestais Municipais Protegidas: Abrangendo Monte do Facho (Calendário), Monte de São João (Brufe), Zona envolvente do Castro de São Miguel-O-Anjo (Calendário), Nascente do Rio Pelhe e Penedo das Letras (Portela), Mata da Quinta de Pindela (Cruz), Conjunto Arqueológico das Eiras e área florestal envolvente (Pousada de Saramagos, Joane, Vermoim, Vale (São Martinho), Vale (São Cosme), Telhado e Portela), Monte de Santa Cristina (Requião), Monte de Santa Tecla e Perrelos (Oliveira Santa Maria, Mogege, Castelões, Ruivães e Delães), Área identificada em Fradelos para as Pateiras do Ave, Mancha de sobreiros na UOPG 1.5 (Gavião), Mata da Devesa (Antas), Zona florestal envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Carmo (Lemenhe) e Monte das Ermidas (Jesufrei).

EEM de nível complementar - Manutenção da Mata da Boa Reguladora, reclassificando-a como área ecológica e impedindo a sua conversão em solo urbano.

EEM de nível de conexão - Desenvolvimento de uma rede de Corredores Verdes Urbanos para interligar espaços verdes urbanos e áreas de interesse ecológico: Corredor Verde Norte-Sul (conexão entre o futuro espaço verde adjacente ao Palácio da Justiça, o Parque de Sinções, o Parque da Devesa, o Campo da Feira, áreas rurais a Sul, o futuro Parque do Pelhe e a mata de Bairral/Meães); Corredor Verde Nascente-Poente (ligação entre a Mata da Devesa, o Parque da Devesa, os espaços verdes das Avenidas Humberto Delgado e 25 de Abril, o Parque 1º de Maio e a Mata da Boa Reguladora); Corredor Verde da Linha do Minho (criado ao longo da Linha Ferroviária do Minho); Corredor Verde da Ecopista Vila Nova de Famalicão – Póvoa de Varzim (interligação entre a zona ocidental da cidade e espaços rurais periféricos); Corredor Verde Ocidental (integração entre o Parque 1º de Maio, o Parque do Vinhal, a Mata da Boa Reguladora e as áreas agrícolas da freguesia de Brufe).

- **Promover a agricultura sustentável e hortas urbanas**, incentivando a agricultura biológica e de proximidade, apoiando a criação de hortas urbanas e comunitárias e a conservação de variedades locais.

- **Implementar planos de monitorização e controlo de espécies exóticas invasoras**, em colaboração com entidades de investigação e voluntários.
- **Desenvolver medidas para proteger insetos polinizadores** (criação de hotéis para insetos, sementeira de espécies vegetais amigas dos polinizadores) e promover a biodiversidade em espaços verdes urbanos.
- **Reforçar o projeto “Os Nossos Rios”** para a requalificação e valorização da rede hidrográfica do concelho, com despoluição e proteção dos recursos hídricos como os rios Ave, Pelhe, Pele e Este e das respetivas margens ribeirinhas, e aumentar a presença de guarda-rios para vigilância. Implementar percursos pedestres em passadiços ao longo das margens.
- **Implementar programas de uso eficiente da água em edifícios públicos e privados**, promover a captação e reutilização de águas pluviais, e monitorizar a qualidade da água em ribeiras e rios.
- **Reduzir as perdas na rede de abastecimento de água**, através de modernização e reabilitação das infraestruturas.
- **Plantar 70.000 árvores autóctones**, reforçando a arborização urbana e rural do território e contribuindo para a redução de riscos climáticos.

3. Economia circular e gestão de recursos

- Implementar **sistemas de recolha seletiva avançados**, explorando a recolha porta-a-porta para biorresíduos e resíduos têxteis em áreas urbanas, e criando ecocentros multifuncionais em zonas de menor densidade.
- **Incentivar e apoiar a compostagem comunitária e doméstica**, instalando compostores em jardins públicos e escolas e distribuindo compostores domésticos, acompanhados de formação e sensibilização.
- **Promover uma estratégia municipal de combate ao desperdício alimentar**, mobilizando a comunidade e instituições para reduzir o desperdício.

- Criar uma **plataforma de partilha e reutilização de bens**, para a troca e doação de mobiliário, eletrodomésticos, livros e vestuário, prolongando o seu ciclo de vida.
- Desenvolver **programas de apoio a negócios locais de reparação e reciclagem**, promovendo a empregabilidade verde e a redução do desperdício, e estabelecer parcerias com o setor privado para a recolha e valorização de resíduos específicos (equipamentos eletrónicos, pilhas).

4. Educação ambiental e participação cidadã

- Desenvolver um **programa de educação ambiental abrangente** para todas as faixas etárias, envolvendo escolas, associações e empresas, abordando temas como gestão de resíduos, poupança de água e energia, biodiversidade e alterações climáticas.
- Criar **mecanismos de participação cidadã na tomada de decisões ambientais, como orçamentos participativos temáticos, conselhos consultivos ambientais ou plataformas digitais para reporte de problemas** e apresentação de ideias.
- Promover **ações de voluntariado ambiental** para a limpeza de rios, reflorestação, manutenção de espaços verdes e monitorização ambiental.
- Instituir a **Certificação Verde Municipal** para empresas e outras pessoas coletivas que prossigam ativamente os ODS, concedendo benefícios fiscais, incentivos e acesso prioritário e especializados no âmbito dos processos de viabilidade de construção ou ao planeamento e definição de solos para urbanização empresarial.
- Criar o **estatuto de Família Verde**, incentivando a adoção de boas práticas ambientais (redução do consumo de água, diminuição de resíduos sólidos urbanos) através de tarifas incentivadoras, com a participação dos alunos das Eco Escolas como pioneiros.

5. Monitorização, fiscalização e inovação

- Desenvolver um **sistema integrado de informação ambiental** (SIIA) que integre dados sobre a qualidade do ar e da água, produção de resíduos, consumo de energia, cobertura vegetal e outros indicadores, tornando-o acessível ao público para promover a transparência.
- Assegurar a fiscalização efetiva do cumprimento da legislação ambiental, com especial atenção a descargas ilegais, poluição sonora e desrespeito pelas normas de gestão de resíduos.
- Promover a colaboração com universidades, centros de investigação e empresas tecnológicas para o desenvolvimento de soluções inovadoras em economia circular, energias renováveis, monitorização ambiental e tratamento de resíduos, explorando a criação de um “laboratório vivo” no concelho.
- **Procurar a adesão a redes e certificações internacionais de sustentabilidade** (e.g., Rede de Cidades Inteligentes e Sustentáveis, Eco-Município) para partilha de conhecimento e validação das ações desenvolvidas.
- Implementar um **sistema de monitorização do ar e ruído urbano** e desenvolver um plano de melhoria da qualidade do ar.
- Desenvolver um programa para a alteração de comportamentos sustentáveis, através da divulgação de informação orientada para o público-alvo e da capacitação da administração pública para o exemplo, com a devolução de resultados e ganhos para os cidadãos (manutenção de espaços verdes, separação de resíduos, compras responsáveis, mobilidade suave).

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

1. Planeamento territorial sustentável e resiliente

- Estruturar um **modelo de ordenamento do território do solo fundamentado na sustentabilidade e resiliência ecológica**.
- **Concluir o processo de revisão do Plano Diretor Municipal** de forma participada, assumindo-o como instrumento integrador da atuação municipal nas áreas territorial e ecológica
- Garantir que todos os instrumentos de planeamento territorial estejam articulados entre si e com outras políticas municipais, assegurando o equilíbrio ambiental e social necessário à qualidade de vida.
- **Promover o planeamento estratégico das centralidades territoriais através do desenvolvimento de Planos de Urbanização** para as principais centralidades urbanas do concelho (por exemplo, cidade de Vila Nova de Famalicão, Joane, Riba de Ave, Ribeirão e Nine), assegurando um crescimento ordenado que privilegie a densificação inteligente das áreas urbanas consolidadas e valorize espaços verdes e infraestruturas de mobilidade suave.
- **Otimizar o aproveitamento do espaço urbano** existente, restringindo novas intervenções urbanísticas exclusivamente às áreas já classificadas como solo urbano, evitando a expansão territorial descontrolada.
- **Consolidar a Estrutura Ecológica Municipal** através da criação e classificação estratégica de áreas naturais e florestais, promovendo uma maior conectividade ecológica e valorização da biodiversidade local.
- **Promover uma política municipal de proteção dos solos agrícolas e florestais**, assegurando a preservação ambiental e a segurança alimentar do concelho.

- Proteger os solos agrícolas, impedindo a conversão de áreas agrícolas e espaços classificados como Reserva Agrícola Nacional (RAN) em solo urbano.
- Proteger as **áreas florestais e de interesse ecológico**, assegurar a inviolabilidade das áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e de outras zonas florestais relevantes.
- Criar uma **nova categoria de solo rústico para espaços florestais comestíveis**, iniciando projetos-piloto em áreas já existentes, de modo a promover a soberania alimentar local e incentivar práticas agroflorestais inovadoras, como a permacultura e a agricultura sintrópica.

2. Qualificação urbana e reabilitação

- **Realizar intervenções urbanas estratégicas** para a afirmação do modelo policêntrico, aumentando significativamente a atratividade territorial através da valorização das centralidades urbanas existentes.
- **Otimizar o espaço urbano e promover a densificação das áreas urbanas já consolidadas**, assegurando um uso equilibrado do solo e a proteção de espaços verdes públicos e privados.
- **Qualificar profundamente o espaço público dos principais aglomerados**, com especial destaque para os espaços verdes, áreas de circulação pedonal e principais centralidades rurais.
- **Promover a valorização da riqueza e da importância urbanística dos logradouros**, através das Freguesias e de associações moradores e de proprietários), concretizando a sua conversão em espaços de qualidade ecológica, com incentivos e apoio técnico do Município.
- **Implementar uma política municipal de reabilitação urbana abrangente**, priorizando sistematicamente a reutilização de edifícios e a melhoria da eficiência energética do parque habitacional.
- **Estabelecer um regime preferencial que privilegie a reabilitação e reconstrução de edifícios** em detrimento de novos loteamentos urbanísticos, combatendo a especulação imobiliária.

- Desenvolver programas específicos de **reabilitação do património edificado municipal**, melhorando o desempenho ambiental e combatendo eficazmente a pobreza energética através de materiais sustentáveis e energias renováveis.

3. Desburocratização e eficiência administrativa

- Rever o **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação**, purgando-o de métricas sem respaldo técnico-científico e conceitos ambíguos.
- Introduzir **canais específicos de comunicação entre técnicos municipais e externos**, garantindo maior transparência, celeridade processual e evitando indeferimentos desnecessários.
- Assegurar o **cumprimento dos prazos legais nas comunicações e notificações aos particulares**.
- Estabelecer **procedimentos administrativos claros e transparentes** que eliminem definitivamente a discricionariedade e ambiguidade na aplicação dos regulamentos urbanísticos.
- Reestruturar os **serviços municipais do urbanismo**, em duas áreas especializadas de intervenção fundamentais e estratégicas, nomeadamente a área da habitação e a área de indústria, comércio e serviços, como forma de dinamizar e otimizar os tempos de resposta.

4. Participação cidadã e urbanismo colaborativo

- Garantir que a população seja envolvida nos processos de planeamento territorial, assegurando que as políticas territoriais refletem as necessidades e expectativas comunitárias.
- Democratizar e facilitar substancialmente o **acesso à informação urbanística**, aproximando os poderes de decisão às populações através de mecanismos participativos inovadores.

- Promover um programa municipal de **Urbanismo Tático** que permita ao Município, **Freguesias, associações e cidadãos** **proporem soluções experimentais, testadas temporariamente e implementadas caso resultem proveitosas para a comunidade**.

HABITAÇÃO

1. Planeamento Estratégico para uma Habitação com Futuro

- Desenvolver ferramentas eficazes de planeamento territorial, que privilegiem uma densidade habitacional equilibrada, a acessibilidade e os espaços públicos de qualidade.
- Elaborar e implementar a **Carta Municipal de Habitação** como instrumento de planeamento estratégico, com metas para habitação pública, cooperativa e privada.
- Reestruturar os **serviços municipais de habitação**, de modo que monitorizem a execução das estratégias da Carta Municipal de Habitação, prestem apoio a cidadãos em situação de risco de perda de habitação, e acompanhem as dinâmicas do mercado imobiliário em tempo real para ajustes estratégicos.

2. Reforço da Acessibilidade e da Diversificação da Oferta Habitacional

- Assegurar a **reserva de solo para habitação acessível** nos instrumentos de planeamento urbano, garantindo previsibilidade e equidade territorial na distribuição da oferta.
- Definir uma **quota mínima de habitação acessível em novos empreendimentos privados**, assegurando uma repartição justa do esforço habitacional entre setor público e setor privado.

- Estabelecer **parcerias com agentes do setor privado, cooperativo e social para a promoção de habitação a custos controlados**, tanto no mercado de arrendamento como na aquisição, promovendo soluções economicamente viáveis e socialmente responsáveis.
- **Reforçar os programas municipais existentes** aumentando a sua abrangência, eficácia e capacidade de resposta face às necessidades habitacionais do concelho.

3. Promoção de Modelos Inovadores e Inclusivos de Habitação

- Incentivar formas alternativas de habitação, como o **cohousing e as cooperativas habitacionais**, promovendo a partilha de recursos, a solidariedade intergeracional e a criação de comunidades sustentáveis.
- Criar uma **bolsa de unidades residenciais destinadas ao alojamento urgente e temporário de pessoas em situação de emergência**.

4. Incentivo à Sustentabilidade e a Estabilidade Habitacional

- Promover a **construção sustentável**, através de incentivos urbanísticos e fiscais que favoreçam soluções construtivas com menor pegada ecológica e maior eficiência energética, alinhadas com os objetivos da transição climática.
- Incentivar o **arrendamento de longa duração no setor privado, mediante estímulos fiscais e benefícios urbanísticos**, promovendo estabilidade habitacional e acesso à habitação para a classe média e jovens famílias.

5. Gestão Participativa e Valorização do Parque Habitacional Municipal

- Consolidar a **cooperação com associações de moradores e entidades locais**, criando mecanismos de participação ativa na gestão e valorização das urbanizações municipais, promovendo a inclusão social, a convivência intergeracional e a responsabilidade cívica.

- **Reforçar a proximidade e a resposta social** nos contextos habitacionais municipais, promovendo a coesão social e a prevenção de situações de exclusão ou conflitualidade.
- Assegurar a **reabilitação, manutenção e adaptação do parque habitacional municipal**, promovendo a sua durabilidade, eficiência energética, acessibilidade e adequação às necessidades dos residentes, com base num planeamento de manutenção preventiva, num investimento contínuo na qualidade habitacional e na corresponsabilização dos moradores na preservação e uso do património público.

MOBILIDADE E TRANSPORTES

1. Governança e inovação

- Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade e Transportes, que estabeleça a estratégia global de intervenção em matéria de organização das acessibilidades, nomeadamente da rede viária municipal, e da gestão da mobilidade, definindo um conjunto de medidas que contribuam para a promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável.
- Promover o desenvolvimento de um sistema inteligente de monitorização da mobilidade para melhorar a gestão do tráfego automóvel ao nível do transporte público e privado.

2. Desenvolvimento de um sistema regional de mobilidade inovador e intermodal

- Pugnar pela concretização de um metro de superfície (Sistema de Mobilidade do Cávado-Ave) que promova a ligação das quatro cidades do atual Quadrilátero (Vila Nova de Famalicão, Braga, Barcelos e Guimarães), integrando-o com a rede de comboios suburbanos do Porto (CP) e com os serviços de transporte rodoviário de passageiros.

- Promover a cooperação com a Área Metropolitana do Porto, tendo como objetivo a integração do concelho no sistema tarifário “Andante”.
- Reforçar a intermodalidade, apoiada por sistemas de bilhética integrada e passes multimodais.

3. Requalificação e expansão da rede viária municipal e nacional

- Assegurar a redefinição e reestruturação da circulação na cidade e nos núcleos de maior densidade populacional, mediante um plano elaborado por especialistas em trânsito e concentração de tráfego, em conjugação de esforços com as estruturas representativas do comércio tradicional.
- Defender junto do Governo a concretização de investimentos estruturantes na rede viária nacional, de modo a reforçar o desenvolvimento de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente os seguintes: o prolongamento da Via Intermunicipal para norte, até à cidade de Braga; **a criação do nó da A7 na zona limítrofe de Fradelos e de Balazar** (concelho da Póvoa de Varzim); um **novo acesso a Santo Tirso com alternativa à ponte da Lagoncinha; o alargamento da A3 no sentido Porto-Braga, entre o nó de Santo Tirso e o nó de acesso a cidade; a construção de uma rotunda no nó de acesso da A3 em Cruz.**
- Desbloquear e concretizar ligações rodoviárias estratégicas, caso do arruamento/variante urbana entre Louredo/Calendário e Brufe, a dotação da cidade de um plano viário eficiente com novos arruamentos (ligação Rua Padre Zeferino Sampaio à Avenida dos Descobrimentos, e ligação junto do Viaduto da linha férrea à Rua Padre Avis de Brito), a remodelação e duplicação da Avenida D. Afonso Henriques, a reabilitação e duplicação da Avenida do Brasil entre a rotunda da Variante e o Cemitério Municipal, e a ligação do aglomerado de Talvai/Mões para sul e norte.

4. Otimização de soluções de estacionamento inteligentes e acessíveis

- Intervir de forma abrangente no aparcamento na cidade e em outros pontos do concelho, associando esta problemática à política municipal de mobilidade.
- Construir parques de estacionamento no perímetro urbano da cidade, e até um parque subterrâneo no centro da cidade destinado a veículos amigos do ambiente, contribuindo para a redução de emissões de gases poluentes, a melhoria da qualidade de vida e a dinamização da economia urbana.
- Implementar sinalética inteligente de apoio ao estacionamento nas imediações das principais centralidades do concelho, favorecendo uma melhor gestão do tempo e minimização de tráfego.

5. Transporte público eficiente e abrangente

- Potenciar a oferta e a cobertura do transporte público, garantindo a mobilidade sustentável.
- Fazer uma aposta estratégica na melhoria da oferta de transporte público, garantindo mais frequência e acessibilidade para todos os cidadãos.
- Redefinir as linhas dos transportes coletivos que sirvam trabalhadores de indústrias, serviços e estudantes, concertando horários de trabalho com os diversos interessados, evitando engarrafamentos e o aumento de emissões de gases poluentes.
- Introduzir a modalidade de “transporte a pedido” como forma de satisfação de necessidades no interior do concelho e para populações envelhecidas.
- Converter progressivamente a frota de autocarros para veículos 100% sustentáveis, movidos a energias renováveis.

- Promover projetos piloto de organização da logística urbana e de micrologística, como um sistema de gestão integrada para o comércio local (cargas e descargas e entrega de encomendas com bicicletas).

6. Mobilidade Ativa e Inclusiva

- Expandir e qualificar a rede pedonal e ciclável, potenciando a mobilidade ativa e sustentável.
- Alargar as zonas pedonais em detrimento das ruas destinadas a diversos veículos, criando mais áreas de zero emissões em meio urbano através do reforço e qualificação das áreas pedonais (renovação de espaço público) e cicláveis (construção de vias cicláveis, colocação de sinalética, e disponibilização de bicicletas e equipamentos de apoio).
- Implementar um sistema municipal de bicicletas partilhadas acessível e eficiente.

7. Segurança rodoviária

- **Elaborar e implementar o Plano Municipal de Segurança Rodoviária**, com vista a reduzir para metade os feridos graves ou muito graves.
- Acomodar o crescimento do transporte logístico e gerir os ciclos de cargas e descargas.
- Aumentar os tempos de verde para peões, de forma a permitir que pessoas com mobilidade reduzida possam atravessar em segurança.
- Remover todos os obstáculos visuais que impeçam uma boa visibilidade (MUPIs, publicidades, etc.).
- Implementar um programa de segurança para a mobilidade suave (bicicletas, trotinetes, etc.).
- Adotar medidas que permitam à polícia municipal a deteção de estacionamentos em segunda fila ou contravenção, numa lógica de prevenção/educação e exercício de poderes de autoridade.
- Promover campanhas de sensibilização de boas práticas por parte de todos os utilizadores do espaço público (incluindo nas escolas).

- Criar um programa municipal que vise incentivar a substituição do automóvel individual por modos sustentáveis (oferta de serviços de mobilidade e oferta de estacionamento num parque dissuasor).

ENERGIA

1. Transição Energética e Capacitação Cidadã

- Combater a pobreza energética e capacitar a população para a transição energética, assegurando um acesso equitativo à energia.
- Criar um instrumento financeiro municipal vocacionado para minimizar a pobreza energética das famílias, complementado pela avaliação bianual do estado da pobreza energética no concelho através de um inquérito que contemple a fatura energética, o conforto térmico e a saúde.
- Capacitar e mobilizar para a sustentabilidade energética, com recurso a programas de educação ambiental.
- Apoiar as Comunidades de Energias Renováveis no desenvolvimento de objetivos sociais, como a luta contra a pobreza energética e a promoção de modelos de solidariedade para ajudar os seus membros mais vulneráveis.
- **Incentivar a construção e reabilitação de edifícios com critérios de elevada eficiência energética e acústica, promovendo soluções bioclimáticas e o uso de materiais sustentáveis para reduzir o impacto ambiental e melhorar o conforto térmico.**
- **Combater a poluição luminosa através de uma estratégia de contenção da luminosidade noturna, que inclua a avaliação da necessidade, espectro e intensidade da iluminação, e preveja a restrição da publicidade luminosa.**

2. Eficiência Energética no Edificado e Infraestruturas

- Promover o aumento da eficiência energética na administração pública local, com a renovação energética de edifícios municipais, instituições de ensino e equipamentos, através de isolamento térmico, substituição de sistemas e instalação de iluminação LED inteligente e postes de iluminação pública inteligentes.
- Incentivar o isolamento térmico e a reabilitação energética do edificado residencial e de serviços, visando um desempenho mínimo de classe B e promovendo a instalação de sistemas fotovoltaicos em coberturas adequadas, com especial atenção para os edifícios de renda acessível (garantindo classificação A+).
- Desenvolver a iluminação pública inteligente, assegurando a cobertura total com luminárias LED e gestão inteligente de consumo elétrico, e promovendo a integração de serviços adicionais (sensorização, carregamento elétrico, comunicações móveis, segurança ou vigilância).

3. Fomento da Produção e Partilha de Energia Renovável

- Aumentar a produção descentralizada de energia a partir de fontes renováveis e democratizar o acesso à mesma, com foco na participação cidadã.
- Apostar na diversificação da produção de energia a partir de fontes renováveis, com prioridade para a instalação de painéis fotovoltaicos em superfícies urbanas (incluindo edifícios e equipamentos municipais), prevenindo a ocupação de solos com fins agrícolas ou outros serviços de ecossistema.
- Promover ativamente a constituição de Comunidades de Energia Renovável (CER) e Coletividades de Autoconsumo.
- Facilitar o acesso a meios financeiros e a conhecimento técnico/recursos humanos para a aquisição, instalação, manutenção e substituição de equipamentos de produção de energia renovável.

4. Inovação, Gestão Inteligente e Autonomia Energética

- Impulsionar a inovação tecnológica e a autonomia energética do concelho, através de redes inteligentes e parcerias estratégicas.
- Estabelecer uma aliança estratégica com a E-Redes, Cooperativas Elétricas do Vale d'Este e de São Simão de Novais, instituições do ensino superior, centros tecnológicos e tecido empresarial para o desenvolvimento de soluções energéticas inovadoras.
- Promover a municipalização da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, através da criação de uma entidade empresarial municipal que possa fornecer energia ao Município, municípios e agentes económicos, com tarifas atrativas e com pendor social e ecológico.



EIXOS PARA A MUDANÇA

PROSPERAR FAMALICÃO

ECONOMIA INOVADORA

1. Cooperação e Inovação em Rede

- **Elaborar e implementar o Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Económico** como instrumento orientador das prioridades e ações para o desenvolvimento sustentável, competitivo e inovador, ancorado nas competências distintivas e nos recursos singulares do território. Este plano visa concretizar três grandes prioridades: gerar emprego qualificado, atrair investimento estruturante e fortalecer o tecido empresarial e o ecossistema de inovação. Com base numa visão ambiciosa e participada pela sociedade civil, propõe-se potenciar Vila Nova de Famalicão como uma referência em Portugal, na Península Ibérica, na Europa e no mundo.
- **Criar um Living Lab**, um laboratório vivo permitirá testar soluções inovadoras em contexto real, focando-se em desafios urbanos e económicos do concelho, como a mobilidade sustentável ou a eficiência energética na indústria. Esta iniciativa posicionará Vila Nova de Famalicão como território de experimentação tecnológica, atraindo empresas e centros de I&D interessados em desenvolver e validar soluções, promovendo a inovação aberta e a colaboração entre o setor público e privado.
- Promover um centro de inovação e empreendedorismo tecnológico, em articulação com o tecido empresarial e instituições do ensino superior, contribuindo para fomentar atrair novos projetos e cultura de empreendedorismo e de inovação.
- **Promover a criação de um centro de inovação e empreendedorismo tecnológico**, que será um catalisador de talento, um polo de atração de projetos inovadores e um espaço de estímulo à cultura empreendedora e à inovação colaborativa, em estreita articulação com o tecido empresarial e as instituições de ensino superior. ,

- **Criar o Conselho Municipal Económico e Social** como espaço privilegiado de diálogo estratégico e participação plural, reunindo representantes dos setores empresarial, sindical, social, académico e institucional, com a missão de acompanhar, propor e avaliar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a competitividade do território.
- Desenvolver uma **rede de espaços de coworking** vocacionada para freelancers, startups e empresas criativas, em articulação com o setor privado, fomentando o empreendedorismo e a inovação em contextos flexíveis e colaborativos.
- Criar um **programa de revitalização de espaços urbanos e patrimoniais** subutilizados, transformando-os em polos de criatividade e inovação, que dinamizem o território e valorizem o seu património material e imaterial.
- **Implementar programas de capacitação e educação para a criatividade**, promovendo o pensamento crítico e a inovação desde os níveis mais precoces do sistema educativo.
- **Reforçar a colaboração entre a academia, as empresas e a administração pública, consolidando o modelo da Hélice Tripla.**
- **Integrar redes nacionais e internacionais de cidades criativas**, promovendo o intercâmbio de boas práticas, a cooperação institucional e o posicionamento estratégico de Famalicão num ecossistema global de inovação.
- Promover **ações de aproximação de cientistas com não-cientistas** e empreendedores para a divulgação e promoção da ciência e inovação.
- **Apoiar a criação de conhecimento científico e tecnológico**, incluindo infraestruturas e equipamentos científicos, e a criação, transferência e valorização de conhecimento (I&DT).
- **Apoiar ações coletivas de transferência de conhecimento e tecnologia.**
- **Posicionar o Famalicão IN HUB como centro de excelência para a inovação**, no desenvolvimento de qualificações, apoio a empresas e empreendedorismo qualificado e criativo, e no reforço de parcerias entre agentes de investigação e o setor industrial.

- **Reforçar e capacitar o Sistema de Investigação e Inovação** para uma maior articulação com a indústria, eficaz transferência de tecnologia e valorização económica e social do conhecimento.
- **Assegurar a concertação estratégica e coordenação de atores**, cadeias de valor e redes colaborativas.
- **Apoiar a cooperação e parcerias estratégicas** para a inovação (entre empresas, *startups*, PME's e não PME's, universidades e centros de investigação em áreas estratégicas para o desenvolvimento local), com investigação de novos produtos que contribuam para a competitividade empresarial (projetos I&DT com efeito multiplicador).

2. Atração e Retenção de Talento

- **Atrair e reter profissionais qualificados, em particular jovens talentos**, criando condições atrativas para viver e trabalhar no concelho, com qualidade de vida, oportunidades e apoio ao desenvolvimento profissional e pessoal.
- **Promover a contratação de pessoas altamente qualificadas** por Empresas, Infraestruturas Científicas e Tecnológicas e Laboratórios Colaborativos, através de programas como Inov Contacto e PEPAC Missões.
- **Promover ações de atração de talento** que inclua bolsas de inovação, *Roadshows* em entidades de ensino e *Open Days* nas empresas.

3. Financiamento e Suporte ao Empreendedorismo:

- Criar um **fundo municipal para apoiar o surgimento de pequenas empresas** nos primeiros anos de vigência.
- **Dinamizar espaços para que pequenas empresas** possam iniciar o seu percurso no mundo dos negócios em regime de partilha.
- Criar uma **rede de mentores e investidores**, capaz de acompanhar e apoiar empreendedores e *startups* locais, oferecendo orientação estratégica e acesso a capital.

- **Reforçar o Espaço Empresas** (em parcerias com o IAPMEI, enquanto balcão de apoio ao empresário) e implementar medidas de apoio ao acesso a mecanismos de financiamento.

AGRICULTURA

1. Modernização e Inovação Agrícola

- Implementar programas de capacitação e incentivo à adoção de tecnologias 4.0 (agricultura de precisão, IoT - Internet das Coisas, IA) para otimização de recursos e aumento da produtividade.
- **Promover práticas agrícolas biológicas, de conservação dos solos e da água, e de redução do uso de agroquímicos.**
- Estabelecer parcerias com universidades, centros de investigação e associações agrícolas para a transferência de conhecimento e o desenvolvimento de novos produtos e processos.

2. Valorização dos Produtos Locais e Circuitos Curtos

- **Apoiar a criação de selos de origem e qualidade para produtos agrícolas locais**, promovendo a sua diferenciação e valorização no mercado.
- **Incentivar a criação e dinamização de mercados diretos** entre produtores e consumidores, reduzindo intermediários e aumentando a margem de lucro dos agricultores.
- **Desenvolver rotas turísticas que incluam explorações agrícolas**, provas de produtos e experiências rurais, diversificando as fontes de rendimento dos agricultores através do agroturismo e turismo Rural.

3. Apoio ao Empreendedorismo e à Fixação de Jovens Agricultores

- **Promover o acompanhamento e formação para jovens** que queiram iniciar-se na atividade agrícola, abordando aspetos técnicos, de gestão e de acesso a financiamento.

- Prestar apoio e consultoria para facilitar o acesso simplificado a fundos comunitários e nacionais (e.g., PDR2030, PRR).

INDÚSTRIA

1. Promoção da Competitividade e Inovação Industrial

- Lançar programas de apoio à adoção de tecnologias digitais (robótica, inteligência artificial, *big data*) pelas empresas, visando o aumento da produtividade e a otimização de processos.
- Criar linhas de apoio municipal à Investigação e Desenvolvimento (I&D) empresarial, incentivando a colaboração entre empresas, universidades e centros tecnológicos (como o Citeve e CeNTI).
- Desenvolver uma estratégia proativa de captação de investimento e fixação de novas empresas, oferecendo condições favoráveis de localização, infraestruturas e apoio na obtenção de licenças.
- Apoiar o investimento empresarial para o reforço da competitividade.
- Apoiar a qualificação e digitalização das empresas.
- Apoiar a internacionalização das empresas e dos seus produtos e marcas, em especial das *startups* e PME's, para alargamento da base exportadora e diversificação dos mercados.
- Dinamizar a ação do TECMEAT.
- Assegurar a capacidade de resposta do Município a potenciais investidores no que concerne à disponibilidade de solo industrial, viabilidade e rapidez de licenciamento e incentivos públicos.

2. Transição para uma Indústria Sustentável e Circular

- Promover modelos de negócio baseados na reutilização, reciclagem e redução de resíduos, através de programas de sensibilização, apoio técnico e incentivos fiscais, fomentando um cluster empresarial especializado em economia circular.
- Apoiar a implementação de medidas de eficiência energética e a instalação de sistemas de produção de energia renovável nas unidades industriais.
- Sensibilizar e incentivar a obtenção de certificações ambientais e a adoção de práticas de responsabilidade social, melhorando a imagem e a competitividade das empresas.
- Qualificar infraestrutural, ambiental e logisticamente as áreas de acolhimento empresariais existentes, considerando os novos modelos de AAE's para a sustentabilidade e digitalização das empresas, fomentando áreas mais ecologicamente sustentáveis através da transformação/reabilitação de áreas empresariais existentes.

3. Infraestruturas e Acessibilidades Industriais

- Dinamizar a instalação de parques industriais de última geração, com 5G, serviços partilhados e boas acessibilidades.
- Disponibilizar terreno a preços competitivos em áreas devidamente planeadas e urbanizadas, destinadas a indústria ou serviços, privilegiando investimento direto estrangeiro amigo do ambiente e da transição energética.
- Potenciar o Terminal Ferroviário de Mercadorias de Lousado como plataforma logística de âmbito nacional e internacional.

4. Internacionalização e Marca Famalicão

- Reforçar a marca Famalicão através da criação de uma identidade internacional, assente nos *clusters* e nas áreas distintivas do território e da utilização de novos modelos de comunicação e interação internacional (Famalicão Business Fórum).

- Reforçar a ação do programa Made Internacional, com Missões Empresariais (*inbound* e *outbound*) e Plataforma B2B para empresas famalicenses e estrangeiras.
- Estreitar relações com embaixadas e câmaras de comércio, orientadas para mercados emergentes e com foco nas áreas diferenciadoras com potencial de internacionalização.
- Integrar Redes de Incubadoras Internacionais e incentivar o estabelecimento de parcerias internacionais estratégicas para a inovação (entre empresas, entidades de ensino e centros de investigação) para projetos I&D, estágios internacionais e MBA's.

5. Facilitação Empresarial

- Criar o Balcão da Atividade Económica (BAE), uma estrutura municipal facilitadora na resolução de problemas, como candidaturas a fundos comunitários e licenciamento junto da administração central.
- Posicionar o BAE como um agente de divulgação das empresas locais no exterior, mediante parcerias com municípios europeus.

COMÉRCIO

1. Revitalização e Modernização do Comércio Local

- Promover medidas de apoio à digitalização do comércio, incentivando a criação de plataformas de comércio eletrónico, a utilização de ferramentas de marketing digital e a adoção de sistemas de pagamento inovadores.
- Dinamizar na cidade e nas demais centralidades urbanas centros comerciais a céu aberto através da promoção de iniciativas conjuntas entre os comerciantes, associações e o município.
- Procurar soluções para a cobertura de ruas do centro da cidade como a Adriano Pinto Basto e de Santo António, criando espaços onde, para além da compra ou venda de produtos, possam coexistir espaços de lazer e de cultura.

- Apoiar a modernização e requalificação de espaços comerciais, concedendo incentivos à renovação de fachadas, interiores e equipamentos.
- Assegurar uma maior disponibilidade do Município para fazer parcerias, permitindo que os agentes de comércio local sejam os proponentes e dinamizadores das iniciativas de rua e outras.

2. Mercados e Feiras

- Reforçar o Praça-Mercado Municipal como espaço de excelência para a valorização da produção local, apostando na capacitação contínua dos produtores, na inovação dos modelos de comercialização e na promoção dos produtos identitários do território.
- Requalificar os espaços das feiras, modernizando e diversificando a oferta de produtos (artesanato, produtos *gourmet*, etc.) e serviços.
- Organizar regularmente eventos temáticos e culturais nos mercados e feiras, atraindo mais visitantes e dinamizando o comércio.
- Incentivar a venda de produtos locais e biológicos, criando áreas específicas nos mercados e feiras para a sua valorização.

3. Atratividade e Acessibilidade

- Promover turisticamente e culturalmente o comércio local, incluindo-o em roteiros que divulguem a sua história, produtos típicos e experiências de compra únicas.
- Melhorar a acessibilidade às zonas comerciais da cidade e dos núcleos com maior densidade populacional, através da redefinição da mobilidade urbana, promovendo o reforço dos transportes públicos e a criação de soluções de estacionamento adequadas, sustentáveis e bem integradas no tecido urbano, facilitando a fluidez dos acessos, o dinamismo económico e a qualidade de vida.

TURISMO

1. Desenvolvimento de Produtos Turísticos Diferenciadores

- Desenvolver rotas turísticas temáticas centradas em aspetos específicos do património famalicense (e.g., rota literária, industrial, gastronómica, religiosa),
- Valorizar os espaços verdes, trilhos e percursos pedestres e cicláveis, incentivando atividades ao ar livre e promovendo o turismo de natureza.
- Apoiar a organização de eventos culturais, festivais e exposições que atraiam visitantes e dinamizem a economia local.

2. Marketing e Promoção Turísticos

- Criar uma marca turística forte e distintiva para o turismo em Vila Nova de Famalicão, comunicando os seus principais atrativos.
- Implementar uma estratégia de marketing digital robusta, utilizando redes sociais, websites e plataformas de reservas online para promover o concelho junto de públicos-alvo específicos.
- Assegurar a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais de promoção turística, estabelecendo contactos e divulgando o destino.

3. Qualificação da Oferta Turística e dos Serviços

- Incentivar a criação de novas unidades de alojamento (turismo rural, hotéis de charme) e a qualificação dos estabelecimentos de restauração, valorizando a gastronomia local.
- Promover a capacitação de agentes económicos e de profissionais do setor turístico (guias, rececionistas, operadores).
- Garantir a acessibilidade universal das infraestruturas turísticas para pessoas com mobilidade reduzida.

DEFESA DO CONSUMIDOR

1. Informação e Sensibilização dos Consumidores

- Reforçar o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC), através da modernização do serviço de atendimento e informação para o consumidor, presencial e online, para esclarecimento de dúvidas e prestação de informações sobre os seus direitos e deveres.
- Lançar campanhas de sensibilização informativas sobre temas relevantes para o consumidor (e.g., compras online, publicidade enganosa, segurança alimentar, direitos em serviços essenciais).
- Divulgar legislação e boas práticas de consumo através de guias e brochuras informativas.

2. Mediação e Resolução Alternativa de Conflitos

- Promover a mediação de conflitos para a resolução extrajudicial de litígios entre consumidores e empresas, de forma rápida e eficaz, potencializando a colaboração com o TRIAVE – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa
- Informar sobre os meios de Resolução Alternativa de Conflitos (RAL), divulgando os centros de arbitragem de consumo e outras entidades, incentivando a sua utilização.

3. Fiscalização e Prevenção

- Estabelecer colaboração com entidades de fiscalização (ASAE, Direção-Geral do Consumidor) para partilha de informações e planeamento de ações conjuntas.
- Promover práticas comerciais leais, sensibilizando os operadores económicos para a importância do cumprimento da legislação de defesa do consumidor e da adoção de práticas comerciais éticas.

EMPREGO

1. Inclusão no Mercado de Trabalho

- Impulsionar a implementação do Pacto Territorial para o Emprego Jovem, como compromisso estratégico para valorizar o potencial das novas gerações, promovendo ativamente a criação de oportunidades, o reforço da empregabilidade e a capacidade do território para atrair e fixar talento jovem qualificado.
- Promover medidas de apoio à empregabilidade dos jovens, considerando como âncora fundamental para a valorização do capital humano, a promoção da coesão social e o reforço da competitividade e sustentabilidade do território.
- Avançar com medidas de apoio e incentivo à integração de pessoas com deficiência, fomentando parcerias com o setor público e privado e sensibilizando empresas para a igualdade de oportunidades e não discriminação.
- Dinamizar estratégias para a promoção da imagem pública das empresas que implementem boas práticas na inclusão de pessoas com deficiência.
- Promover a integração bem-sucedida dos migrantes no mercado de trabalho.

2. Combate ao Desemprego de Longa Duração

- Estabelecer um Pacto de Combate ao Desemprego de Longa Duração (DLD), envolvendo vários agentes públicos e privados, apoiando as pessoas a adquirir ou melhorar competências que facilitem a transição para o regime normal de trabalho.

EIXOS PARA A MUDANÇA



**PROTEGER
FAMALICÃO**

IGUALDADE

1. Integração Transversal e Capacitação para a Igualdade

- **Implementar a integração transversal da perspetiva de igualdade** em todas as políticas setoriais e documentos de referência do município, nomeadamente nas áreas da habitação, mobilidade, espaço público, cultura, desporto e direitos sociais
- Elaborar um **novo Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação**, assente numa estratégia de territorialização das políticas com a participação ativa dos agentes locais.
- **Aprofundar a capacitação interna dos técnicos municipais**, permitindo-lhes integrar a perspetiva da igualdade nas suas respetivas áreas de trabalho.
- **Dinamizar ações de sensibilização contínuas junto da comunidade escolar**, empresas e instituições, abordando temas como a igualdade de género, a diversidade e o combate a todas as formas de discriminação.
- **Fomentar o debate e a reflexão comunitária** em escolas sobre temas relativos à sexualidade, igualdade de género, violência no namoro, racismo, xenofobia e *bullying*, em articulação com as escolas e a sociedade civil.
- **Promover a acessibilidade inclusiva, assegurando um espaço público mais seguro, confortável e inclusivo**, bem como a valorização da mobilidade enquanto direito fundamental, com aposta numa rede de transportes públicos adaptados às necessidades específicas dos diferentes públicos e realidades locais.
- Fomentar uma perspetiva transversal de acolhimento de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras, potenciando a convivência intercultural e a diversidade étnica e religiosa.

2. Participação Cívica e Combate à Discriminação

- Criar um **Gabinete Municipal para a Igualdade**, que funcione como espaço de informação (sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura e programas de apoio) e de promoção de iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate às discriminações.
- **Reforçar a cooperação com organizações que atuam para a igualdade e não discriminação.**
- Promover e apoiar programas iniciativas na área da defesa da igualdade de género e da orientação sexual, através de campanhas de sensibilização junto da comunidade educativa, ações de formação específicas para trabalhadores municipais e parcerias com outras entidades públicas, nomeadamente as forças de segurança.
- Promover medidas de igualdade e de não discriminação na esfera laboral, em parceria com as entidades competentes.

SEGURANÇA

1. Reforço Institucional e Cooperação Interinstitucional

- **Celebrar um Contrato Local de Segurança com o Governo**, estabelecendo um quadro formal de cooperação, partilha de responsabilidades e ação concertada, com vista à prevenção da criminalidade, à redução da sensação de insegurança e ao reforço da coesão comunitária.
- **Exigir do Governo a concretização do Destacamento Territorial da GNR de Vila Nova de Famalicão**, cuja criação formal data de 2008, mas cuja implementação permanece por concretizar.
- **Reivindicar junto do Governo a criação de uma Divisão da PSP**, que responda de forma adequada à densidade populacional e à complexidade urbana do concelho.

2. Modernização e Capacitação das Forças Policiais

- **Modernizar e expandir a Polícia Municipal**, reforçando o número de efetivos, investindo na formação contínua e dotando os agentes de tecnologia de ponta – nomeadamente bodycams – com vista ao reforço da transparência, da dissuasão e da proteção de agentes e cidadãos.
- **Defender a modernização das instalações das forças de segurança**, com especial destaque para os postos da GNR na cidade e em Riba de Ave, garantindo condições condignas para os membros das forças de segurança e para os cidadãos.

3. Prevenção, Cidadania e Educação para a Segurança

- Promover programas educativos de sensibilização para a segurança e a cidadania, dirigidos à comunidade escolar, às associações e à população em geral, com enfoque nos direitos, deveres e comportamentos de prevenção e responsabilidade cívica.

JUSTIÇA

1. Justiça de Proximidade

- **Reivindicar a criação de um Julgado de Paz em Vila Nova de Famalicão**, como solução eficaz, económica e célere na resolução de litígios de menor complexidade, aproximando a justiça dos cidadãos e aliviando a sobrecarga dos tribunais judiciais.
- **Defender o reforço do Tribunal de Vila Nova de Famalicão**, sobretudo a sua dotação com novas competências, nomeadamente nos domínios cível e criminal, assegurando uma verdadeira justiça de proximidade ao serviço da comunidade.

2. Apoio às Vítimas e Prevenção da Violência Interpessoal

- **Criar um Gabinete Municipal de Apoio à Vítima**, garantindo uma resposta integrada e humanizada às vítimas de crimes, com apoio psicológico, social e jurídico, bem como a mediação de acessos a programas de reinserção e autonomização.
- Dotar os serviços com meios técnicos e humanos para apoio às vítimas e prevenção e combate de fenómenos de violência doméstica, sexual e no namoro.
- Garantir nos serviços públicos a **adoção de boas práticas de prevenção do assédio no local de trabalho** e criar incentivos à adoção de orientações semelhantes nas empresas privadas.
- Implementar uma **rede de serviços de apoio a vítimas e sobreviventes de violência**, em parceria com entidades competentes.
- Procurar implementar uma **rede de casas-abrigo, de acolhimento de emergência e de soluções habitacionais** que promovam a autonomização das vítimas.
- Adotar campanhas de sensibilização contra a violência no namoro e violência doméstica.
- Implementar campanhas de sensibilização sobre a violência contra idosos, incluindo burlas e fraudes, e divulgar as formas de denúncia, promovendo parcerias com as forças de segurança

PROTEÇÃO CIVIL

1. Planeamento, Coordenação e Resposta Operacional

- **Concretizar e reforçar o Centro Municipal de Operações de Proteção Civil**, enquanto estrutura estratégica de coordenação, monitorização e resposta a situações de emergência e risco, equipada com tecnologia avançada, ligação permanente a entidades de socorro e meios operacionais adequados.
- **Assegurar a disponibilidade de recursos críticos (reservas de armazenamento energético, reservas hídricas, geradores, meios de combate a incêndios, abrigos, etc.),** prontos a serem acionados rapidamente em caso de necessidade.
- **Promover um sistema de monitorização e de alerta em tempo real,** com comunicações diretas à população em caso de riscos graves.
- **Reforçar a articulação com os Corpos de Bombeiros, a Cruz Vermelha Portuguesa, as forças de segurança e os serviços de saúde,** assegurando a **atualização dos planos de emergência, a realização de ações conjuntas de treino e o investimento contínuo na capacitação e nos equipamentos dos agentes de proteção civil.**

5. Envolvimento Comunitário

- **Criar Unidades Locais de Proteção Civil** nas freguesias, envolvendo as Juntas de Freguesia e a sociedade civil, com o objetivo de coordenar e executar ações e atividades de proteção civil de âmbito local, com base na formação de voluntários capacitados.

6. Educação, Prevenção e Sensibilização

- **Promover um programa abrangente de prevenção e sensibilização** para a comunidade, incluindo a prevenção nas escolas de todos os níveis, formação específica para grupos profissionais, ações de sensibilização em empresas e organizações e exercícios de simulacros.



EIXOS PARA A MUDANÇA

RELACIONAR FAMALICÃO

DEMOCRACIA AUTÁRQUICA

1. Transparência e Integridade na Gestão Pública

- Implementar uma estratégia renovada de transparência e prevenção de riscos de corrupção, abrangendo a criação de um Registo de Interesses, a revisão do Código de Boa Conduta, Ética e Cidadania, e a introdução de melhores práticas de comunicação de queixas, com salvaguarda da privacidade e dos direitos.
- Reestruturar o Portal do Município, de modo a disponibilizar de forma proativa todas as informações obrigatórias e relevantes sobre atividades correntes, execução orçamental, contratos públicos e projetos municipais.
- Promover a **transmissão online das reuniões da Câmara Municipal**, à semelhanças do que acontece com a Assembleias Municipal.
- Promover a Transparência Municipal de modo a cumprir e superar todas as variáveis do Índice de Transparência Municipal.

2. Estabilidade fiscal e financeira no Município

- Fixar a taxa de IMI no valor mínimo permitido por lei, garantindo um alívio real e sustentável da carga fiscal sobre as famílias famalicenses.
- Promover a devolução de parte da participação municipal de IRS às famílias, nos termos do quadro legal em vigor.
- Manter a isenção de IMI por um período de 5 anos a jovens até aos 35 anos na aquisição de habitação própria e permanente no concelho.
- Criar o Orçamento Participativo de Famalicão.
- Desenvolver condições que permitam a implementação de um orçamento de base zero para cada novo ciclo orçamental, justificando todas as despesas a partir do zero e não apenas as variações face ao ano anterior.

- Criar um Fundo de Estabilização Orçamental, alimentado por excedentes orçamentais e receitas extraordinárias para fazer face a imprevistos e assegurar a sustentabilidade financeira em períodos de menor crescimento económico, seguindo o exemplo de boas práticas internacionais de gestão de reservas.
- Disponibilizar um Orçamento Aberto em tempo real, numa plataforma digital interativa onde os cidadãos possam acompanhar a execução orçamental, as despesas e receitas, e a alocação de recursos por área de intervenção.

3. Participação Cidadã Ativa e Qualificada

- Criar uma Assembleia Municipal de Cidadãos, permanente e representativa da população famalicense, gerida por uma equipa especializada, imparcial e independente dos partidos políticos, para deliberar sobre estratégias de longo prazo e assuntos prementes
- Lançar, no âmbito do Observatório Famalicão, um mecanismo para medir e analisar a perceção dos munícipes enquanto utilizadores dos serviços municipais, promovendo uma relação de proximidade e confiança.
- Lançar a Iniciativa “Conversa de Proximidade”, com visitas informais do Presidente da Câmara Municipal e do executivo para ouvir os residentes e fomentar um diálogo aberto e permanente.
- Desenvolver uma plataforma digital de Participação Cidadã Abrangente, centralizando mecanismos de consulta pública, sugestões, petições e inquéritos, com integração em sistemas de informação geográfica para georreferenciação de problemas.
- Promover a revisão participativa dos regulamentos municipais, garantindo a integração das perspetivas cidadãos.
- Integrar a população nas fases de conceção, desenvolvimento e concretização de estratégias locais.
- Estabelecer Laboratórios de Políticas Públicas Locais Permanentes, para cocriação de soluções inovadoras decisores e técnicos autárquicos e a sociedade civil.

- Implementar as Auditorias Cidadãs Temáticas, garantindo a monitorização participativa e a melhoria contínua dos serviços.
- Promover a criação de painéis de cidadãos para abordar desafios complexos e formular recomendações qualificadas, em articulação com a futura Assembleia Municipal de Cidadãos.

4. Capacitação Cívica e Proximidade com o Cidadão

- Desenvolver programas de educação cívica nas Escolas e oficinas de participação para adultos, em parceria com instituições de ensino, abordando a organização e funcionamento do Município e das Freguesias.
- Criar e Divulgar um Guia Municipal do Cidadão Participativo, simples e acessível, que explique os diversos canais e mecanismos de participação disponíveis no concelho, os seus objetivos e como os cidadãos podem utilizá-los eficazmente, incluindo como fazer queixas.
- Promover a comunicação contínua com os cidadãos, através de sessões de esclarecimento e meios que permitam aos cidadãos comunicar em permanência problemas concretos do seu dia-a-dia (apps, website, quadros informativos, caixas de sugestões publicadas).
- Assegurar que todas as sugestões, reclamações ou propostas recebidas através dos canais de participação tenham uma resposta atempada e fundamentada.

5. Valorizar a cooperação estratégica entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal

- **Reforçar o papel institucional da Assembleia Municipal** enquanto parlamento local, espaço de representação plural, deliberativa e fiscalizadora, consolidando a sua missão como fórum por excelência da construção democrática das políticas públicas municipais.

- Promover uma **cultura de diálogo institucional** construtivo entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, assegurando uma articulação cooperativa entre ambos os órgãos, no escrupuloso respeito pelas respetivas competências legais e pela autonomia de cada um dos órgãos.
- **Valorizar a Comissão Permanente da Assembleia Municipal** e instituir comissões especializadas, garantindo um acompanhamento mais próximo, qualificado e permanente das políticas municipais.
- **Assegurar a presença do Revisor Oficial de Contas do Município**, nomeado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, nas reuniões de representantes políticos municipais, promovendo decisões mais fundamentadas, informadas e transparentes.
- **Reforçar os apoios técnicos e humanos colocados ao serviço da Assembleia Municipal**, dotando-a dos meios indispensáveis ao exercício pleno, eficiente e autónomo das suas competências.
- **Valorizar a participação cívica e o contributo dos cidadãos nas sessões da Assembleia Municipal**, através da adoção de mecanismos eficazes de escuta ativa e envolvimento dos cidadãos na vida democrática local.
- **Assegurar o respeito integral pelos direitos, poderes e prerrogativas dos eleitos de todas as forças políticas**, consagrados na Constituição e na lei, promovendo uma cultura institucional de pluralismo, responsabilidade e convivência democrática.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Valorizar e qualificar as pessoas que trabalham ao serviço do Município

- Criar a **Academia Municipal de Formação**, que constituirá um programa transversal que abrangerá não apenas os trabalhadores e eleitos do Município, mas também os das Freguesias do concelho, promovendo uma verdadeira rede de capacitação local.

- **Desenvolver o planeamento estratégico de gestão de recursos humanos**, com metas claras e indicadores mensuráveis, alinhado com os objetivos estratégicos do Município.
- **Promover a aplicação** justa e transparente do SIADAP, reforçando o seu carácter formativo.
- **Criar uma** estrutura interna de inovação organizacional, que envolva eleitos, dirigentes e representantes dos trabalhadores no desenho de soluções.
- **Implementar medidas concretas de** promoção da saúde física e mental, **incluindo ergonomia e prevenção e gestão do stress.**
- Promover **políticas ativas de inclusão laboral**, que promovam ambientes laborais justos, respeitadores e acolhedores.
- Organizar um **fórum participativo**, com trabalhadores, dirigentes e parceiros sociais, para balanço, partilha de boas práticas e construção conjunta de soluções.
- Apostar na melhoria contínua das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, bem como no reforço e a qualificação da medicina do trabalho.

2. Modernização Administrativa e Eficiência dos Serviços

- Reestruturar os serviços municipais, com vista a torná-la mais eficientes e orientados para os cidadãos.
- Reorganizar os Serviços com Competências Digitais do Município, reforçando a sua transversalidade e centralidade na governação da cidade.
- Criar um Programa de Simplificação Administrativa que reduza os tempos de resposta para os processos mais procurados (urbanismo, educação, economia, mobilidade), com indicadores de transparência sobre os tempos de tramitação.
- Definir Tempos Médios de Referência para a Decisão de todos os procedimentos municipais, garantindo o conhecimento, em tempo real, do estado do pedido e a identificação do técnico ou dirigente responsável.

- Investir na Reformulação dos Processos Internos para garantir prazos contratualizados e na melhoria do portal digital dos processos com participação pública, aumentando a transparência no acesso a dados e na divulgação direta nos locais de impacto.
- Introduzir Práticas de Controlo e Auditoria e produzir indicadores na avaliação de desempenho dos serviços.
- Criar e Manter um Plano de Formação em Competências Digitais para os colaboradores do Município e formar os trabalhadores em metodologias ágeis e abertas de gestão de projetos.
- Lançar um Programa de Renovação da Cultura Organizativa da Câmara Municipal, com inquéritos anuais de satisfação e qualidade, e concursos de ideias para desenhar soluções internas e externas.

PACTO DA COESÃO TERRITORIAL COM AS FREGUESIAS

Um dos pilares do Poder Local e da Democracia são as Freguesias e os seus eleitos. Citando Carlos José Batalhão, “As freguesias: um ano depois da reforma territorial e da «delegação legal de competências»”, em “As Freguesias na Organização do Estado. Um Património Nacional”, ANAFRE, **“sendo praticamente inexistente noutros países (e, portanto, uma originalidade do nosso sistema autárquico), a freguesia é em Portugal a autarquia mais próxima dos cidadãos, que assenta em laços de identidade, proximidade, conhecimento mútuo e relações de vizinhança, numa revelação evidente do princípio da descentralização territorial (regulador das atribuições autárquicas) e do princípio da subsidiariedade (...)”**.

Ora, se às FREGUESIAS cabe o papel de serem a primeira porta a quem o cidadão recorre, justo será que se proceda ao reforço dos meios colocados à sua disposição. Assim, com a **MUDANÇA** que esperamos poder iniciar já em 2025, a aposta é no reforço **das transferências de capital para as freguesias**.

Outra aposta forte passará por um **programa de renovação de vias municipais interfreguesias**. A rede viária é essencial para as pessoas e o nosso tecido **económico**. Devemos procurar, mesmo com esforço financeiro considerável, atender a esta prioridade.

Em conjugação com as freguesias, admitimos um **programa de cedência por interesse público de colaboradores** garantindo assim que os eleitos locais das freguesias disponham de meios técnicos e humanos para assegurar um atendimento de primeira linha, dar apoio na condução dos procedimentos administrativos e de contratação pública, por exemplo. Será uma medida a implementar de forma participada e onde os aderentes o farão de forma voluntária. Com a **MUDANÇA** queremos que os colaboradores do Município se sintam parte do processo, motivados e a quem se facultem oportunidades de progressão, conjugação da vida profissional e familiar por exemplo através da colocação em locais de trabalho mais próximos da sua residência.

1. Capacitação e Governança Colaborativa

- Criar a Academia Municipal de Formação, promovendo a excelência na gestão pública local e capacitando eleitos e trabalhadores do Município e das Freguesias através de formação contínua e disseminação de boas práticas.
- Potenciar as Comissões Sociais Inter-Freguesias como plataformas descentralizadas de governação territorial colaborativa, alargando a sua intervenção para além da Rede Social, integrando-as no planeamento e monitorização de políticas públicas de proximidade.

2. Reforço da Autonomia e Capacidade de Investimento

- Aumentar as transferências financeiras para as Freguesias; **O Município aumentará as transferências financeiras para as Freguesias, com base em critérios demográficos, territoriais, sociais e de desempenho, permitindo maior autonomia e investimento local.**
- Este reforço será implementado de forma progressiva ao longo do mandato 2025-2029, visando alcançar a meta do aumento de 150% em relação ao montante atual.**
- Descentralizar competências municipais para as Freguesias, conferindo-lhes maior eficiência e proximidade na sua execução, em estrita conformidade com o princípio da subsidiariedade.

3. Gestão Territorial Integrada e Transparente

- Criar uma Estrutura Municipal de Monitorização do Território. Esta estrutura terá a missão de assegurar uma vigilância proativa do concelho em termos de infraestruturas e espaços públicos, garantir o encaminhamento célere das ocorrências detetadas, acompanhar a respetiva resolução e promover a articulação permanente entre os serviços municipais e as Juntas de Freguesia.
- Desenvolver uma Plataforma Online Intuitiva, que potencie a transparência e a eficiência na comunicação entre cidadãos, Freguesias e serviços municipais, facilitando o reporte e o acompanhamento de todas as ocorrências.

ASSOCIATIVISMO E SOCIEDADE CIVIL

1. Dinamização da Rede e Colaboração

- **Promover a articulação entre o Município e o tecido associativo formal e informal**, estimulando a troca de experiências, a identificação de sinergias e o desenvolvimento de projetos colaborativos.

- Criar, no seio dos serviços municipais, uma estrutura de apoio dedicada ao tecido associativo, tanto formal como informal, promovendo o diálogo, o acompanhamento técnico e o acesso a recursos e programas de apoio.
- Implementar uma plataforma digital interativa para o associativismo, facilitando a partilha de recursos, o networking e a divulgação de atividades entre associações e com a comunidade.

2. Capacitação e Sustentabilidade Associativa

- Estruturar um programa de capacitação técnica e formativa para as associações, abrangendo gestão, captação de fundos e requisitos legais.
- Assegurar a transparência e a equidade nos processos de candidatura e atribuição de apoios, através da disponibilização de regulamentos claros, critérios objetivos e mecanismos de prestação de contas acessíveis ao público.

COOPERAÇÃO EXTERNA E INTERNACIONALIZAÇÃO

1. Cooperação Descentralizada e Desenvolvimento

- Estabelecer acordos de geminação e cooperação com cidades de outros países e territórios, focados em áreas estratégicas como a gestão urbana, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.
- Assegurar um papel ativo no seio das organizações internacionais de cooperação intermunicipal e na construção de parcerias estratégicas que contribuam para afirmar Vila Nova de Famalicão no plano externo e defender os seus interesses e prioridades no contexto europeu e global.
- Fomentar a cooperação transfronteiriça com a Galiza, através do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, tirando partido das sinergias entre a Região Norte de Portugal e a Galiza.

- Promover projetos de partilha de conhecimento e de troca de experiências.

2. Diplomacia Económica e Atração de Investimento

- Promover o concelho como destino de investimento, simplificando processos e apresentando as vantagens competitivas locais.
- Impulsionar a internacionalização das empresas famalicenses, em colaboração com organismos públicos e associações empresariais, identificando novos mercados e oportunidades.
- Reforçar a participação em missões empresariais e feiras internacionais, apoiando ativamente a presença das empresas locais em eventos estratégicos, o networking e a concretização de negócios.

3. Cultura e Identidade Global

- Promover a cultura famalicense no mundo, dando a conhecer o património cultural e gastronómico do concelho.
- Incentivar o intercâmbio cultural e educacional, através do apoio á programas de mobilidade para jovens e artistas, fomentando a troca de experiências e o enriquecimento mútuo.
- Reforçar a rede de proximidade entre o território e os famalicenses no mundo, valorizando o papel da diáspora como agente estratégico na promoção internacional de Vila Nova de Famalicão, através da partilha de experiências, do intercâmbio de boas práticas e do envolvimento ativo enquanto embaixadores da identidade local, facilitadores de ligações culturais, económicas e institucionais e promotores da internacionalização do concelho.
- Reconhecer e celebrar as comunidades migrantes, valorizando a diversidade cultural do concelho e o diálogo intercultural.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E NACIONAL

1. Cooperação territorial de âmbito regional

- Promover a articulação estratégica com os municípios vizinhos, estabelecendo plataformas conjuntas para o planeamento e execução de projetos de impacto regional, nomeadamente nas áreas da mobilidade, do ordenamento do território, do desenvolvimento económico e da inovação.
- Reforçar a cooperação ativa de Vila Nova de Famalicão com a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Ave e a Área Metropolitana do Porto (AMP), maximizando a captação de fundos comunitários e a valorização de complementaridades territoriais.
- Impulsionar a cooperação no âmbito do Pentágono Urbano, mais concretamente com os Municípios de Barcelos, Braga, Guimarães e Viana do Castelo, promovendo a partilha de recursos e a cocriação de soluções inovadoras.
- Desenvolver uma estratégia integrada de mobilidade nos âmbitos intermunicipal e regional, visando a melhoria das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, e a promoção de transportes públicos eficientes e sustentáveis.
- Reforçar a cooperação institucional com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte), enquanto parceiro estratégico na implementação das políticas públicas de coesão territorial, desenvolvimento regional e fundos comunitários, bem como o reforço da influência do concelho na definição de políticas regionais e transfronteiriças.

2. Cooperação territorial de âmbito nacional

- Articular com o Governo Central e entidades relevantes para o desenvolvimento de estruturas estratégicas que beneficiem a região, como o reforço da rede hospitalar ou a expansão de infraestruturas logísticas, consolidando Vila Nova de Famalicão como um nó geoestratégico central no desenvolvimento de Portugal e do Noroeste Peninsular.
- Aprofundar a cooperação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com outras redes de cooperação intermunicipal, com vista ao reforço da capacidade institucional do Poder Local, à partilha de boas práticas, à captação de recursos e à promoção de estratégias integradas de desenvolvimento territorial.

ALIANÇA VILA NOVA DE FAMALICÃO-GUIMARÃES

Num contexto de alteração da realidade regional, como é o caso da passagem da associação QUADRILÁTERO a PENTÁGONO fruto da adesão de Viana do Castelo, e atendendo à realidade socioeconómico regional, entendemos que é de construir um eixo estratégico, uma aliança regional para um futuro comum entre Vila Nova de Famalicão e Guimarães.

Será, naturalmente, um primeiro passo para discussões futuras, nomeadamente uma possível Área Metropolitana.

E porquê estes dois Municípios?

Porque Vila Nova de Famalicão e Guimarães partilham mais do que uma geografia: partilham história, redes produtivas, desafios ambientais, talentos jovens e a ambição de liderar uma nova geração de políticas públicas territoriais.

Por isso, propomos uma Aliança Regional Programática, assente em cooperação intermunicipal estruturada e contínua.

Acreditamos que os desafios de habitação, mobilidade, inovação, coesão territorial e sustentabilidade exigem respostas concertadas e escala adequada. Esta aliança não é apenas entre autarquias, mas entre comunidades, serviços públicos, universidades, empresas e instituições da sociedade civil.

As **áreas prioritárias** desta Aliança incluem:

1. Mobilidade regional integrada, com soluções de transporte público intermunicipal, corredores cicláveis e passagens interligadas entre zonas industriais, escolares e residenciais.

2. Estratégia comum de habitação acessível, evitando competição territorial e promovendo complementaridade entre as políticas urbanas.

3. Inovação e conhecimento: redes de colaboração entre os ecossistemas universitários, centros de investigação e startups, potenciando sinergias em áreas como a transição digital e a bioeconomia.

4. Cultura e património vivo, com programação conjunta, circuitos turísticos integrados e valorização dos centros históricos e rurais.

5. Resiliência ecológica e ação climática, com gestão partilhada de bacias hidrográficas, corredores verdes e estratégias comuns de prevenção de incêndios e regeneração territorial.

Propomos também a criação de um **Conselho Estratégico Famalicão-Guimarães**, com caráter consultivo e programático, para monitorizar a execução da aliança, mobilizar financiamento europeu e garantir a participação cidadã.

O Conselho Estratégico Intermunicipal (CEI) terá por função definir orientações estratégicas, prioridades e compromissos políticos da aliança.

Terá por composição: os dois Presidentes das Câmaras Municipais; Vereadores com pelouros relevantes (mobilidade, urbanismo, cultura, ambiente); Representantes das Assembleias Municipais; eventualmente, representantes das Comunidades Intermunicipais (Ave e Cávado, se pertinente)

Entre as atribuições principais, propomos a Aprovação do plano de ação conjunto e sua revisão anual; propostas de candidaturas conjuntas a fundos europeus; apoio político às comissões técnicas e ao envolvimento da sociedade civil

Em simultâneo devem existir Comissões Técnicas Temáticas (CTT) nas áreas da Mobilidade e Acessibilidades; Habitação e Planeamento Territorial; Transição Climática e Recursos Naturais; Cultura e Turismo Sustentável; Inovação, Juventude e Conhecimento. As CTT terão por função desenvolver e implementar planos de ação em áreas específicas.



eduardooliveira25.pt